



FESTA E CHAMA DA SOLIDARIEDADE 2017

Madeira fez a festa



José Leirião
Membro da CNIS



Ainda o fantasma da 4ª revolução industrial, inovações tecnológicas, digitalização e as perdas de emprego

Será que esta rápida revolução na inovação tecnológica que já estamos vivendo pelo aparecimento em massa dos robots, nas fábricas, nos escitórios, nos hospitais em nossas casas, etc., e automóveis que não necessitam de condutor, serão realmente uma ameaça à humanidade? Os vários estudos, artigos, megatendências que nos alertam e ameaçam os empregos das pessoas vão efectivamente ter o impacto que as previsões indicam? Como devem os nossos jovens equiparem-se com a educação e qualificação adequadas e os governos das nações, as universidades e grandes empresas colaborarem para que o ajustamento da procura e da oferta de trabalho seja coincidente? Qual será o futuro do trabalho?

Todos sabemos que sempre aconteceu que a educação e a inovação se desenvolveram em paralelo ao longo de séculos e décadas conduzidas por uma prosperidade que foi sempre florescendo, através da criação de novas oportunidades e empregos para todos (ou quase todos). A questão que se coloca é a de porque há-de ser diferente desta vez e se anunciam estas tragédias catastróficas?

A história ensina-nos que todas as inovações acarretam consigo novas oportunidades, desde a **primeira revolução industrial** (meados do séc XVIII) com a invenção da máquina a vapor em Inglaterra e o desenvolvimento seguinte em que as máquinas substituíram o músculo, trouxe modificações complexas e significativas na economia e na sociedade e teve consequências na descoberta de novas profissões, novos

produtos, etc.. **A segunda revolução industrial** (meados século XIX a meados do século XX), a inovação e invenção trouxe-nos mais e melhores máquinas, o automóvel, televisão, rádio, computadores, aviões e outras grandes inovações trouxeram consigo novos produtos e também muitas novas profissões e empregos. **A terceira revolução industrial** (após a segunda grande mundial) os seguintes “trinta anos gloriosos”- que se iniciou com o Plano Marshall e que se diferencia das revoluções anteriores porque englobaram mudanças que vão muito para além das transformações industriais e trouxeram inovações extraordinárias e começa também a internacionalização das grandes empresas que conduziu à globalização que levou à livre circulação de capitais, pessoas e bens, os processos tecnológicos com a integração da ciência com as novas tecnologias, aparecem alguns robots que substituem pessoas nos trabalhos mais repetitivos e perigosos e o aparecimento da internet e do e-mail; a educação e a formação profissional tiveram avanços sem precedentes e também com esta revolução aconteceu um ajustamento entre a oferta e a procura de empregos, tirando muitos milhares de pessoas da miséria através do investimento, crescimento e desenvolvimento económico e social e criando situações de pleno emprego em muitos países. **A Quarta revolução industrial** (segunda década do século XXI) é diferente de tudo o que a humanidade já experimentou, as novas tecnologias estão fundindo os mundos físico, digital e biológico, a velocidade, a amplitude e a profundidade

da transformação estão a trazer expectativas e receios mas ao mesmo tempo desafios ainda muito desconhecidos.

Como no passado, agora, muitos milhares de postos de trabalho vão desaparecer, mas muitos outros irão ser criados, e para mim os problemas de transição de uma situação para outra serão parecidos com os que aconteceram com as revoluções industriais anteriores, só que com muito maior rapidez. A revolução tecnológica, a educação, o mundo empresarial, os governos dos países e a sociedade serão agora, como o foram no passado os protagonistas, certamente irão ser introduzidas alterações nos planos de estudos, na sua extensão e aplicabilidade técnica, na maneira de aprendermos e de nos relacionarmos pessoalmente e no trabalho, a capacidade de adaptação e mobilidade serão argumentos importantes mas, será sempre necessária uma educação e vivência que pratique os valores humanos, nos quais se salienta a solidariedade, a qual será sempre, em minha opinião, decisiva para o futuro da humanidade.

Por exemplo, nunca irão mudar os trabalhos dos humanos que cuidam de outros humanos, nas nossas instituições, nos hospitais, os robots podem ajudar trabalhadores por exemplo, nos hospitais em intervenções cirúrgicas e outras, mas nunca poderão substituir os humanos nos cuidados de saúde, nos cuidados nos lares, ajudar os mais velhos a tomarem os seus medicamentos, nas creches, etc.. Os humanos que cuidam de outros humanos nunca irão ser substituídos.



MARIA DO CÉU

Faleceu funcionária da CNIS

Maria do Céu Vasconcelos, funcionária administrativa da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), faleceu no passado dia 25 de Maio, vítima de doença prolongada.

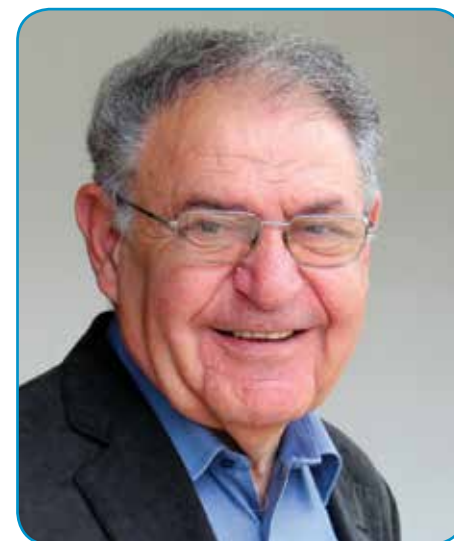
Maria do Céu tinha 53 anos e trabalhava na CNIS desde 2001.

O funeral realizou-se na Igreja da Senhora da Hora, Matosinhos, na presença de familiares, amigos, colegas e membros da direcção da Confederação.

Da Maria do Céu recordaremos para sempre o sorriso, a simpatia e a eficiência nas tarefas que lhe eram confiadas.

A direcção da CNIS apresentou à família as mais sentidas condolências pelo desaparecimento precoce de uma pessoa que irradiava uma energia positiva e influenciava um bom ambiente de trabalho.

Padre Lino Maia
Presidente da CNIS



Madeira Solidária

1. Em termos de percentagem populacional, a Região Autónoma da Madeira (RAM) tem 2,5% da população portuguesa (270.000 habitantes) - população um pouco superior à do distrito de Viana do Castelo (2,3%). E a sua densidade populacional é de 334,5 habitantes por Km² - um pouco superior, por exemplo, à do distrito de Braga (317,4 por Km²). Por distritos (20), a RAM ocupa o 11º lugar no todo nacional, tendo o dobro da população de Bragança e metade da população do distrito de Aveiro.

No que diz respeito a Instituições de Solidariedade, a RAM tem uma União das Instituições Particulares de Solidariedade Social (UIPSS-Madeira), que congrega a grande maioria das Instituições e que está muito bem associada na CNIS.

No que às IPSS concerne, por ali verifica-se o mesmo que acontece por todo o território nacional: capilaridade, caridade, cidadania, gratuidade, opção preferencial pelos mais carenciados, solidariedade e subsidiariedade. Características comuns. Com acordos de cooperação com a Segurança Social, haverá 81 Instituições: 32 associações e 12 fundações de solidariedade social, 13 centros sociais paroquiais, 8 institutos de organização religiosa, 4 misericórdias, 11 casas do povo e uma mutualidade.

Como por todo o território nacional, as Instituições de Solidariedade da RAM intervêm nas áreas da educação, da proteção social, da saúde e do desenvolvimento local. São Instituições com respostas para acolhimento institucional para crianças e jovens em perigo, de alojamento social de emergência, cantinas sociais, casas abrigo, centros (de acolhimento, de convívio e de dia para pessoas idosas, de apoio à vida e a toxicodependentes, de apoio familiar e aconselhamento parental, comunitários e protocolares, de atividades ocupacionais e de tempos livres), creches, cuidados continuados integrados, jardins de infância, lares (de infância, juventude ou pessoas idosas), serviços de apoio domiciliário... São Instituições que têm permitido a muitas crianças crescer no sentido da plenitude, a muitos jovens valorizarem-se na promoção da cidadania, a muitas pessoas com deficiência serem valorizadas como merecem e serem integradas na comunidade como urge e a muitos idosos verem reconhecido o seu percurso e encontrarem uma qualidade de vida que os agarra à vida e os faz saber continuar a sonhar.

2. Entre os dias 28 de Maio (Porto Santo) e 2 de Junho (Funchal), a Chama da Solidariedade percorreu todos os onze concelhos da Região Autónoma da Madeira. E no dia 2 decorreu a Festa da Solidariedade no Funchal.

Foi a 11ª edição de uma experiência com sucesso espectacular e constante, graças à competência de um dirigente da CNIS (Dr. Eleutério Alves)

e da sua bem estruturada equipa. Muito embora seja desajustado dimensionar sucessos, ali, na Madeira, e com o total empenhamento da UIPSS, o sucesso foi bem manifesto. Grande adesão, grande envolvimento e grande comunhão. Autarcas e Comunidades, Escolas e Organizações, Instituições, Dirigentes, Colaboradores e Utentes, todos deram alegria e cor, determinação e esperança, movimento e vida, tanto no percurso da Chama da Solidariedade como à Festa da Solidariedade. A receção da Chama no Jardim Municipal foi seguramente um momento que, por ter sido tão empolgante, será também referencial.

Por ali, a Chama da Solidariedade deixou a certeza de que fazer o bem dá prazer. E a Festa da Solidariedade acrescentou que a felicidade está no fazer o bem cada vez mais e cada vez melhor...

3. A Região Autónoma da Madeira tem dado sobejas provas de resiliência e de capacidade para vencer as dificuldades que ciclicamente enfrenta.

Confronta-se agora com mais um desafio. Difícil, mas que certamente saberá abraçar: o do acolhimento dos “regressados”, vindos da instabilidade na Venezuela.

Se o Governo Regional e os Autarcas já estão a desenvolver algumas e boas iniciativas para enfrentar esta nova situação, mais iniciativas poderão ser encaradas. Como, por exemplo, a da promoção do emprego público temporário para os regressados, nomeadamente de cidadãos com menores a seu cargo, pois a estes estaria mais premente a necessidade de um equilíbrio familiar e ao mesmo tempo uma estadia mais contributiva para o mercado/trabalho: o emprego público com destacamento em IPSS seria uma medida séria, cooperante e útil para o contexto de uma comunidade

que urge (re)construir. Também aí, e não só, o Governo e os Autarcas poderão contar com a disponibilidade das IPSS. Importa, porém, que através da sua União, as Instituições sejam chamadas a participar num Programa de Emergência.

Um outro desafio poderá ser, também, o do aprofundamento da Cooperação quando parece estar em mudança o modelo de cooperação.

A proximidade tem uma medida: nem tão longe que se não veja, nem tão perto que abafe... Há provavelmente uma filosofia a instaurar na revisão e na tipificação de acordos de cooperação. Uma filosofia sem intérpretes de comunhão e representação pode provocar afastamentos de alguns e excessivos aproveitamentos e fidelizações de outros. A União das Instituições Particulares de Solidariedade da Madeira, que já é importante agente de formação, movimentação e qualificação, e por representar quem representa e por ser orientada como é, é um interlocutor que pode contribuir para uma boa filosofia no estabelecimento de novos acordos, no alargamento ou revisão de outros acordos, e na tipificação de muitos outros acordos.

Um outro desafio que se perfila é o de integrar “outras” distâncias: muito do que se aprofunda na Cooperação por aqui (no Continente) tem aplicabilidade adaptada por lá (nas regiões). Talvez também seja chegado o momento de, periodicamente, as Regiões Autónomas terem alguma voz em sede de Cooperação.



ECONOMIA SOCIAL

Os novos conceitos, modelos de organização e de governança

No mesmo dia em que decorria em ambiente de grande entusiasmo a XI Festa da Solidariedade no Funchal, iniciativa promovida pela CNIS, realizou-se, em Mangualde, a terceira sessão temática do Congresso Nacional da Economia Social 2017, subordinada ao tema «Novos conceitos, modelos de organização e de governança».

A iniciativa contou com a participação de figuras relevantes para o setor da Economia Social, que abordaram e debateram o tema em foco, no formato de conferências e mesas redondas.

Após a sessão de abertura, decorreu a conferência «Saúde e Economia Social», com Jorge Coelho e Maria de Belém, membros da Comissão de Honra do Congresso, como oradores.

Seguiu-se o painel subordinado ao tema «A Economia Social e Solidária – novos conceitos,



origens e designações no debate nacional e europeu», que contou com os contributos de Henrique Rodrigues, assessor jurídico da CNIS, João Salazar Leite, membro da Comissão de Honra do Congresso, Jorge de Sá, presidente

do CIRIEC Portugal, Rogério Roque Amaro, Professor do ISCTE-IUL.

O período da tarde iniciou com uma mesa redonda subordinada ao tema «Economia social e desenvolvimento socioeconómico – atualidade e mudança», com Maria do Carmo Bica, do Bloco de Esquerda, Marisabel Moutela, do PS, Filipe Anacoreta Correia, do CDS-PP, e Ricardo Oliveira, do PCP, com a moderação a cargo de João Dias, presidente-adjunto da CNIS.

A fechar a terceira sessão temática, foi tempo de abordar a «Economia Social, novos modelos de organização, governança e financiamento», com contributos de Filipe Almeida, presidente da Portugal Inovação Social, José Alberto Pitacas, vice-presidente do CIRIEC Portugal, Licínio Pina, presidente do CAE da CCCAM, e ainda Susana Ramos, Coordenadora Nacional dos EEA Grants.

COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO PARA O SETOR SOCIAL SOLIDÁRIO 2017-2018

CNIS promove sessões de esclarecimento em todo o País



Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade

Assinado que está o Compromisso de Cooperação para o Setor Social Solidário 2017-2018, a CNIS vem desde final de maio a promover uma série de sessões de esclarecimento sobre o documento que rege a relação com o Estado.

Assim, depois de Lisboa, para as IPSS da região de Lisboa e Vale do Tejo, e de Beja, para as da região do Alentejo e Algarve, no próximo dia 13 de junho é a vez do Centro Sócio-Pastoral da Diocese de Viseu receber as instituições do Centro de Portugal (das 10h00 às 13h00). Por fim, dia 21 de junho, em Vila do Conde, em local ainda a designar, decorrerá a última sessão, destinada às IPSS do Norte.

A participação é gratuita e as inscrições estão abertas até dois dias antes de cada sessão, através do preenchimento online da ficha de inscrição.

PROCOOP

Novas regras já estão em vigor e há prazos a cumprir

Através do despacho n.º 4145-A/2017, publicado a 15 de maio de 2017, o Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, aprovou o 1.º aviso de abertura de candidaturas ao PROCOOP (Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais).

No âmbito do citado aviso, de acordo com o n.º 1 da cláusula III, estavam elegíveis as seguintes respostas típicas: creche, estrutura residencial para pessoas idosas (ERPI), centro de dia, centro de atividades ocupacionais (CAO) e lar residencial.

Ainda conforme o aviso, nos termos do n.º 2 da cláusula III não eram elegíveis: respostas sociais elegíveis financiadas pelo Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES), com fundamento na alínea a) do n.º 4 do artigo 3.º do Regulamento PROCOOP; bem como outras respostas sociais, não previstas no n.º 1.

De acordo com o n.º 3 da cláusula III, cabia ao Instituto da Segurança Social divulgar no sítio da internet da Segurança Social, até 31 de maio de 2017, os termos da formalização dos pedidos para celebração de novos acordos de cooperação e de revisão de acordos em vigor relativos às respostas sociais previstas no n.º 2.

Neste contexto, a formalização das candidaturas, e este é um procedimento que deve ser seguido também nos próximos avisos e candidaturas, deve ocorrer nos seguintes termos: 1. Relativamente às respostas sociais elegíveis financiadas pelo Programa de Alargamento da

Rede de Equipamentos Sociais (PARES), para os lugares financiados, deverá ser seguido o procedimento instituído até à data, ou seja, os pedidos deverão ser formalizados junto dos Centros Distritais do ISS, atendendo a que são do conhecimento dos serviços da Segurança Social os lugares financiados e não financiados pelo PARES; 2. Quanto às outras respostas sociais não elegíveis no âmbito do 1.º aviso de abertura de candidaturas ao PROCOOP e que não apresentam um carácter inovador, isto é, que constam das nomenclaturas em vigor, os pedidos devem ser formalizados através dos formulários disponíveis na Segurança Social direta, entre 19 de junho e 14 de julho de 2017; 3. No que concerne às restantes respostas sociais não elegíveis no âmbito do 1.º aviso de abertura de candidaturas ao PROCOOP, mas que têm um carácter inovador, os pedidos devem ser formalizados através do preenchimento do formulário (disponível no separador «Apoios Sociais e Programas > Programas de apoio ao desenvolvimento social > PROCOOP» a partir de 19 de junho) a remeter para o e-mail «ISS-PROCOOP@seg-social.pt», até ao dia 31 de outubro de 2017, no qual a entidade fará a apresentação do projeto em causa; 4. Por fim, no que se refere à resposta social Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), proceder-se-á à abertura de uma fase específica de candidaturas ao PROCOOP no segundo semestre de 2017, uma vez concluído o processo de revisão a que resposta será sujeita, conforme previsto no novo Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário, em vigor nos anos de 2017 e 2018.

CONFERÊNCIA MADEIRA

O que é uma IPSS?

Aproveitando a presença do presidente da CNIS no Funchal, no âmbito da XI Festa da Solidariedade, a UIPSS Madeira convidou o padre Lino Maia para uma conferência, que antecedeu a tomada de posse dos novos Órgãos Sociais da União.

Sob o título genérico «O que é uma IPSS?», o líder da CNIS, sem responder à questão e ao longo de 10 pontos, deixou as pistas necessárias para que se compreenda o que é uma IPSS e qual a sua importância no tecido social Português, pois esta “é uma realidade”, como diria mais à frente, “que não se encontra em mais parte nenhuma do mundo”.

Começando por dizer que “sabe bem fazer o bem e que sabe bem fazer sorrir”, o padre Lino Maia lembrou que “em Portugal somos guardas uns dos outros”.

Fazendo um pouco de história, recordou o “marco extremamente importante” que foi a assinatura, a 19 de dezembro de 1996, do Pacto para a Cooperação para a Solidariedade Social, considerando, a propósito da Economia Social e do debate do momento sobre a criação da Confederação das



Organizações da Economia Social, que pela grande diversidade de famílias que a integram, talvez aquele não seja o lugar do Setor Social Solidário: “Não sinto muito as IPSS na Economia Social”.

Após referir alguns dados estatísticos do peso do Terceiro Setor na economia nacional, o presidente da CNIS elencou algumas das mais importantes características das IPSS, como a capilaridade (“Há mais IPSS do que freguesias”), a gratuidade, a proximidade e a subsidiariedade, entre outras.

Abordando a questão da cooperação com o estado, o padre Lino Maia sublinhou que “as IPSS

protegem as pessoas com políticas que o Estado tem que sustentar”, questionando a propósito da crise recentemente vivida: “O que seria do País sem as IPSS?”.

Por isso, considerou que “políticas sustentadas são essenciais”, asseverando: “A sustentabilidade das instituições é também responsabilidade do Estado”.

A terminar, o presidente da CNIS defendeu que “as IPSS são aquilo que de melhor há em Portugal”, sustentando que “o Estado Social é uma utopia sem as IPSS”.

UIPSS MADEIRA

Órgãos Sociais para quadriénio 2017-2021 tomaram posse

No passado dia 30 de maio decorreu, na Escola APEL, no Funchal, a cerimónia de tomada de posse dos Órgãos Sociais da UIPSS Madeira para o quadriénio 2017-2021, cuja eleição acontecera no dia 30 de março.

Numa cerimónia que contou com as presenças do presidente da CNIS, padre Lino Maia, da secretária Regional da Inclusão e Assuntos Sociais, Rubina Leal, e ainda do presidente da Câmara Municipal do Funchal, Paulo Cafôfo, entre diversos dirigentes de IPSS da Região Autónoma, o reeleito presidente da União, padre Francisco Caldeira, aproveitou a ocasião para pedir uma maior atenção dos governantes para a situação das IPSS insulares, sublinhando a necessidade de “atualizar a cooperação” e lembrando que “há Acordos de Cooperação que não são atualizados desde 2002”, situação que tem colocado muitas instituições em situação de iminente colapso.

O presidente reeleito referiu que a aposta da União para o novo mandato passa pela “consolidação das instituições”, o que vai ser feito através de duas apostas fortes: “Na qualificação de dirigentes, trabalhadores e voluntários; e na cooperação entre instituições, com a CNIS e com o Estado regional e local”.

Por seu turno, Rubina Leal começou por “agradecer o desempenho das IPSS da Região”, destacando que estas “são o melhor vetor de operacionalização das respostas sociais”, considerando-as mesmo “o braço-armado da ação social”.

Depois, dirigiu um apelo ao padre Lino Maia para que no âmbito dos contactos com o Governo da República interceda pela Madeira.

“A Região precisa de igualdade com todo o



País”, afirmou, lembrando que, por exemplo, “os Açores recebem mais verbas do que a Madeira”.

Já Paulo Cafôfo começou por dizer que “ajudar os outros é um desafio que toca a todos”, sublinhando que “as instituições prestam um serviço público que não há dinheiro que pague”.

Depois de referir que “há de facto grandes semelhanças entre as autarquias e as IPSS”, o edil do Funchal tocou dois temas muito caros ao Setor Social Solidário: “A responsabilidade, porque o Estado tem o dever de ajudar quem ajuda os outros e não se pode desresponsabilizar de apoiar quem no terreno faz o bem; e a cooperação, que é imprescindível entre as próprias instituições, pois muitas vezes parece que, em vez de cooperação, há é competição”.

Órgãos Sociais da UIPSS Madeira para o quadriénio 2017-2021:

Mesa da Assembleia Geral - Jorge Pestana Spínola - Presidente (Santa Casa da Misericórdia

do Funchal); Elisabete Rodrigues Nunes - Secretária (Fundação João Pereira); Helena Maria Teixeira Sousa Pestana - Secretária (Associação Presença Feminina).

Direção - Francisco da Conceição Caldeira - Presidente (Centro Social e Paroquial de Santa Cecília); Maria do Céu Carreira Coelho - Vice-Presidente (Centro Social e Paroquial da Graça); Agostinho Julião Ponte - Tesoureiro (Semi-Internato de Santa Clara); Maria Giselda Fernandes Gouveia - Secretária (Fundação Dona Jacinta de Ornelas Pereira); Maria Cecília Pereira de Gouveia Cachucho - Vogal efetivo (Santa Casa da Misericórdia da Calheta).

Conselho Fiscal - José Francisco Fernandes Carreira - Presidente (Fundação de N^a S^a da Conceição); Maria José Ascensão Faria - Vogal (Centro Infantil Maria Eugénia Canavial); Fátima Milena da Cruz Andrade Carvalho - Vogal (Abrigo Nossa Senhora de Fátima).

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA GRAÇA, FUNCHAL

Quebra da natalidade e cortes nos apoios estatais são fontes de problemas

O Centro Social Paroquial da Graça fica na freguesia de Santo António e foi o primeiro do género na Região Autónoma da Madeira e o primeiro a ter a resposta de Serviço de Apoio Domiciliário. Começou, em 1988, pela infância, mas as necessidades levaram a instituição a alargar as suas respostas à terceira idade. Hoje, a terceira idade não levanta problemas, mas a área da infância é uma fonte de problemas financeiros.

Hoje, o Centro Social Paroquial da Graça acolhe 74 petizes em creche (38) e em pré-escolar (36), 39 idosos em Centro de Convívio e dá apoio a 42 através do Serviço de Apoio Domiciliário, tudo com um corpo de 24 funcionários.

E se as respostas para os mais velhos não são problemáticas, já as valências da infância vêm levantando grandes dificuldades à instituição.

Maria do Céu Carreira, vice-presidente do Centro Paroquial, identifica duas causas principais, que, por mais que se esforcem, os responsáveis da instituição não conseguem controlar.

“Há 30 anos havia uma urgência de jardins-de-infância, pois havia muitas crianças e era preciso dar resposta. Hoje não é nada assim, porque houve uma quebra na natalidade muito acentuada e as instituições já começaram a sentir há bastante tempo a questão da escola a tempo inteiro”, lamenta, sublinhando a concorrência desleal da resposta pública: “Até há relativamente pouco tempo, o pré-escolar das EB1 não tinha participação familiar, o que agora já tem, mas inferior aos da rede solidária e até da rede pública”.

Esperançada que a situação possa sofrer uma alteração positiva para as IPSS, Maria do Céu Carreira mantém-se prudente: “Estamos ainda na expectativa, porque no ano passado houve muitas fusões de estabelecimentos, mas todas estas variáveis num contexto de quebra demográfica e de dificuldades acrescidas para as famílias, não tem sido fácil”.

Esta situação traduz-se “numa execução negativa” no que à área da infância diz respeito.

“Neste momento, face à questão da quebra demográfica que é notória, conjugada com a resposta de jardim-de-infância da EB1 aqui a 50 metros, com mensalidades muito inferiores ou gratuitas, leva a que nunca tenhamos tido tão poucas crianças como agora”, revela a dirigente, acrescentando: “Em termos de creche temos um número de crianças que não nos levanta problemas, mas em termos de jardim-de-infância, nas três salas, temos números inferiores. Gostaríamos muito de continuar a dar resposta às famílias e de manter estas três salas, pelo que gostaríamos de ter mais crianças em idade de pré-escolar. Esta é uma preocupação que temos, pelo que, uma solução passaria por ter mais salas de creche em detrimento das de jardim-de-infância”.

Por tudo isto, o Centro Social Paroquial da Graça vive dias de alguma dificuldade, com a



situação financeira a ser bastante frágil.

“Neste momento a execução é negativa. A parte relativa aos idosos é saudável e está equilibrada, mas, em termos de pessoal, três dos funcionários são do fundo de desemprego. Neste momento, a execução da parte dos idosos é positiva. Já a vertente da infância tem sido negativa, apesar de no ano passado termos tido uma adenda ao Acordo de Cooperação, mas que não foi ainda o suficiente para sairmos do vermelho. Assim, este ano preve-mos que volte a ser negativa na ordem dos 12.500 euros”, revela, acrescentando: “O nosso objetivo é chegar ao fim do ano com o resultado menos negativo possível e com a perspetiva de que no próximo ano haja uma normalização dos apoios, que sofreram cortes severos em função da crise e no âmbito do Plano de Ajustamento Económico Financeiro (PAEF) da Madeira. Temos a expectativa de que o ano letivo 2017/2018 seja diferente para melhor, para podermos continuar a dar as respostas necessárias, sem dispensarmos pessoal”.



Refira-se que na Região Autónoma da Madeira os apoios estatais funcionam de forma diferente do Continente. É que a resposta à infância não são comparticipadas pela Segurança Social, mas pela Secretaria Regional da Educação (SER).

“No nosso caso, a SRE concede financiamento para o funcionamento do infantário e depois temos acordos de cooperação com a Segurança Social para o funcionamento do Centro de



Convívio e do SAD”, explica a responsável pelo Centro Social da Graça, que recorda a dupla austeridade com que as instituições madeirenses se viram confrontadas: “Com o PAEF houve cortes consideráveis e que ainda não foram recuperados. Grosso modo, até ao ano escolar 2010/2011 o apoio da SRE considerava as despesas com pessoal, que fossem elegíveis. E quais são as elegíveis? Duas ajudantes por sala, uma educadora por sala e ainda uma diretora pedagógica. Nós tínhamos seis salas, portanto seis educadoras mais uma. Temos ainda quatro auxiliares de serviços gerais e duas funcionárias administrativas. Relativamente ao rácio padrão já há uma adaptação, porque não temos cozinha. Globalmente, considerando os rácios da SRE, temos valores inferiores, porque temos 24 funcionários. Depois era ainda considerado um valor referência para outras despesas correntes, que era multiplicado pelo número de crianças em creche e, depois, por 12. Um valor ligeiramente inferior é multiplicado pelo número de crianças do pré-escolar e por 12. A isto acrescia um valor de 10 euros/mês por criança para a alimentação multiplicado por 11”.

Depois entra a receita própria da instituição, que são as comparticipações familiares, valores determinados pela SRE e agora com base nos escalões do abono de família, sendo que as comparticipações familiares variam da creche para o jardim-de-infância, entre o mínimo de 20 e 24 euros e o máximo de 211 e 192 euros, respetivamente.

Depois, o valor da mensalidade resulta da subtração do valor encontrado do lado da receita ao valor das despesas elegíveis.

Mas isto era até ao ano letivo de 2010/2011 para todas as IPSS que tinham apoio da SRE.

“No entanto, as famílias da área do Centro da Graça são maioritariamente inseridas nos escalões mais baixos do abono de família, mas há muitas outras IPSS em que a receita própria dá para cobrir as despesas correntes e parte do pessoal. Depende muito do número de crianças e em

que escalão estão inseridas”, esclarece Maria do Céu Carreira.

Porém, em 2011/2012 houve um corte de 5% naquilo que seria elegível em termos globais e “as instituições tiveram que se adaptar a esta nova realidade”.

Só que quando começavam a ajustar os orçamentos, “no ano escolar 2012/2013, ao valor concedido no ano anterior, foi aplicado um outro corte de 18% nas comparticipações”, cortes que ainda não foram repostos e agudizam as dificuldades das instituições.

Por isso é que a vice-presidente do Centro da Graça considera que, “globalmente, o Continente tem um sistema melhor, porque tem um valor por criança e depois ainda tem a verba do Ministério da Educação para os educadores”.

Para além disto, “ainda tiveram autonomia relativamente às comparticipações” e, para uma instituição como a da Graça, “em que mais de 60% das crianças estão no escalão 1, a expectativa de um aumento da comparticipação familiar é muito reduzida”.

Criado em 1988, pela mão do cônego Manuel Luís, a instituição da Graça foi o primeiro Centro Social paroquial da Madeira e o primeiro, anos mais tarde, a ter Serviço de Apoio Domiciliário.

O alargamento aos idosos dá-se quando são construídas as instalações atuais, com a criação do Centro de Convívio, que arrancou só com voluntários.

“O Centro de Convívio foi sempre muito grande e apesar de termos 30 acordos de cooperação com a Segurança Social, atualmente temos 39 utentes”, conta a dirigente, acrescentando: “No SAD, que fomos a primeira instituição na Madeira a ter esta valência, temos 44 contratualizados, sendo que 30 é em clássico e 14 com alimentação”.

Um dos anseios da Direção do Centro é a revisão em alta do Acordo de Cooperação, apesar de até ao momento nunca ter apoiado mais do que 44 utentes.

“Estamos convictos que haverá muito mais

necessidades na área abrangida pela nossa instituição. Por vezes somos surpreendidos com algumas situações de necessidade a que não conseguimos acudir”, explica Maria do Céu Carreira, que acrescenta: “Nesse sentido, e no âmbito do Plano Regional de Envelhecimento Ativo, elaborámos, com os demais parceiros, um estudo que agora temos que trabalhar, pois estamos convictos de que há mais situações de necessidade, para além de haver alturas em que há picos de procura. Por exemplo, quando os filhos emigrados vêm à ilha e se apercebem da situação de necessidade dos pais, então, vêm solicitar apoio”.

Na perspetiva de prestar cada vez mais um melhor apoio, a responsável considera “importante ter mais pessoal para poder dar um melhor apoio aos utentes do Apoio Domiciliário, até porque alguns utentes, em termos de higiene pessoal, necessitam de duas funcionárias, só que os valores contratualizados não o preveem, mas a necessidade obriga”.

Apesar das dificuldades, há sonhos e projetos na mente dos dirigentes do centro da Graça.

“Em mente temos a consolidação do jardim-de-infância em termos de sustentabilidade e, eventualmente, poder equacionar outras respostas. O que gostaríamos muito era que o Centro de Convívio pudesse ser Centro de Dia, até porque há esse anseio de muitos utentes. Nesse sentido, não seria displicente que as instalações fossem ampliadas para poder albergar estas duas valências”, sustenta, revelando um sonho maior, mas de momento inviável: “A questão de um lar para os idosos seria algo positivo e a paróquia até tem terreno, mas teria que ser algo muito bem pensado em termos de investimento, porque a instituição não tem verbas próprias para avançar e o recurso à banca não é viável”.

E como seria a Graça sem o Centro Social Paroquial? “Seria um pouco mais pobre, porque, acima de tudo, trabalhamos a promoção da dignidade da pessoa humana”, argumenta Maria do Céu Carreira.

CRIANÇAS E JOVENS EM ACOLHIMENTO

Modelos e práticas de intervenção estiveram em análise em Lisboa

«Crianças e Jovens em Acolhimento: Modelos e Práticas de Intervenção» foi o tema de um seminário promovido pela UDIPSS Lisboa, em parceria com o ISCTE-IUL, e que decorreu nas instalações desta última entidade, no passado dia 17 de maio. Conhecer, analisar e compreender as problemáticas inerentes aos processos de acolhimento, institucionalização e integração social de crianças e jovens em risco era a proposta, a que acederam bastante responsáveis e técnicos de diversas instituições de todo o País.

Logo na sessão de abertura, o presidente-adjunto da CNIS, João Dias, sublinhou que a “pertinência da conferência está, para além de outras razões, na possibilidade de desmistificar os temas que nela serão abordados”.

Para o responsável da CNIS, “o diálogo e união entre organizações e pessoas de todo o País é de uma enorme importância para que sejam atingidos os objetivos idealizados”, lembrando que “os resultados do trabalho feito no terreno em Portugal são motivo de orgulho para todos”.

Por seu turno, José Carlos Batalha, presidente da UDIPSS Lisboa, justificou, de alguma forma, a razão para a realização da iniciativa: “As alterações e evoluções sociais ao longo dos tempos fazem com que, hoje, exista uma necessidade de diversificar e intensificar as respostas e intervenções por parte das instituições”.

Nesse sentido, defendeu que “é essencial uma construção de caminhos de diálogo, análise crítica e discussão, visando pensar os modelos e a intervenção com crianças e jovens em risco e/ou perigo”.

Já o anfitrião Nuno Guimarães, ISCTE-IUL, considerou que a “conferência permitirá que exista uma interação entre instituições, visando a articulação entre a teoria e a prática, a investigação e o trabalho que é feito no terreno”, acrescentando que, desta forma, “poderá conduzir a uma construção de conhecimentos mais sólidos”.

Finda a sessão de abertura, três oradores debruçaram-se, no 1º Painel, sobre as «Práticas colaborativas e de articulação entre entidades no sistema de promoção de proteção de Crianças e Jovens em Risco».

Manuel de Melo Gomes, com uma intervenção intitulada «O Papel das Entidades de Primeira Linha», começou por destacar a presença de IPSS de todo o País, desde Viana do Castelo a Faro, incluindo da Madeira, fazendo, de seguida a distinção entre os conceitos de risco e perigo: “Risco é a exposição a situações de perigo e perigo é a ocorrência de ofensas à integridade física ou psíquica”.

Abordando aquilo que se designa por pirâmide de subsidiariedade na intervenção em crianças e



jovens em risco, Manuel de Melo Gomes sustentou que “as entidades de «primeira linha», na base da pirâmide, detetando situações de risco em crianças e jovens devem articular com a família”.

Já “em situações de perigo devem articular com o nível da pirâmide imediatamente superior e, em caso de emergência, contactar PSP ou GNR”.

Defendendo a “elaboração de relatórios sintéticos e objetivos” nos processos de confirmação de existência de risco ou perigo, o orador elencou ainda alguns fatores do ambiente promotor de risco: “família desestruturada e relações próximas com ambientes antissociais, entre outros”.

Por seu turno, Marina Fuentes abordou «O Papel das CPCJ», afirmando que “é essencial que exista sempre uma articulação entre a educação e as outras áreas de intervenção social”, sublinhando que “o papel da intervenção precoce não é o de reabilitar pessoas, mas é essencialmente o de reabilitar relações”.

“É imprescindível que a intervenção não passe apenas por um conjunto de terapias. Deve



existir também, uma preocupação em pensar intervenções didáticas lúdicas que ocorram nos ambientes educativos em que a criança se insere e que lhe são familiares. A intervenção deve ser feita nos contextos de vida das crianças e, para que ela tenha qualidade efetiva, é necessária uma articulação entre a ação social, a saúde e a educação”, sustentou, acrescentando: “As vivências negativas a que uma criança é exposta (situações promotoras de um ambiente de risco e/ou perigo) podem afetar até duas gerações

seguintes, criando um padrão de comportamentos que poderá agravar-se de geração para geração”.

A «Intervenção Precoce» foi o tema da preleção de André Rica, para quem “é essencial que exista articulação e transdisciplinaridade”.

Para o especialista, “o apoio às crianças e famílias deve ser integrado, articulado e participado”, por isso “as várias entidades têm que funcionar como um todo e, determinada realidade, deve ser olhada de diversos ângulos, contando com o contributo de todos para um mesmo fim”.

Assim, as instituições de primeira linha “são, nestes casos, as mais importantes, porque são aquelas que se encontram mais perto do objeto de intervenção”.

Por outro lado, para André Rica, “a comunicação é essencial para que todos conheçam o trabalho a ser desenvolvido por cada um e, dessa forma, se complementem”.

E como nas escolas se cruzam os pais de hoje e os pais do futuro, deve-se “treinar/educar os pais do futuro através da relação/intervenção que se faz com os pais do presente” e, nesse sentido, “é importante que, ao intervir, se reforce a autoestima das crianças e se fale a linguagem dos afetos”.

«Modelos de intervenção com as famílias de crianças/jovens em risco» foi o tema do 2º Painel, com Rui Godinho a levar ao seminário o exemplo da «Equipa de Apoio a Famílias da SCML».

“A família é um vetor essencial ao bem-estar de qualquer ser humano”, começou por dizer, frisando que “é necessária inovação nos modelos de intervenção com as famílias e mais instrumentos transformativos da intervenção”.

“Não podemos continuar a dar o peixe, é imperativo que comecemos a ensinar a pescar. É preciso romper com os paradigmas de intervenção, pois são necessárias equipas que transformem e não que apenas apoiem as famílias. Estas equipas devem atuar no sentido de promover a autonomia das famílias e seus elementos, combatendo a dependência”, defendeu, acrescentando: “A avaliação de toda e qualquer intervenção deve ser feita por todos, incluindo as famílias com quem essa intervenção ocorreu. É preciso ouvir as famílias, as suas opiniões, sugestões e pontos de vista. Esta avaliação estará na base dum processo de consciencialização e responsabilização das famílias, envolvendo-as nos processos de promoção e proteção das suas crianças e jovens”.

Para Rui Godinho, “a intervenção deve ser total, terapêutica e integrada, no sentido de capacitar as famílias para equilibrados procedimentos que excluam situações de risco para as suas crianças e jovens”, por isso, “toda a intervenção social tem que ter o mesmo nível de exigência”.

A terminar, Rui Godinho apelou à não burocratização da intervenção, defendendo: “O nosso trabalho é diretamente com as pessoas e no terreno”.

Por sua vez, Carmelita Dinis abordou «A Intervenção com Famílias em Risco: desafios e potencialidades».

“Enfrentamos hoje multidesafios e, para que lhes possamos dar resposta, precisamos de tornar as famílias com quem trabalhamos em famílias voluntárias. Para que elas se tornem voluntárias, não as devemos pressionar ou julgar, isso será contraproducente e resultará numa família involuntária”, afirmou logo de entrada,



lembrando que “as necessidades das famílias têm que estar na base da definição da intervenção e, durante essa mesma intervenção, deve existir um reconhecimento dos mecanismos e competências das famílias num processo de construção, capacitação e responsabilização”.

Carmelita Dinis defendeu, depois, que “as famílias devem ser levadas a assumir compromissos e devem ser envolvidas nos processos de definição das intervenções”.

«O Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental» foi a temática a que Graça Mira Delgado dedicou a sua intervenção no ISCTE, referindo o «Projeto Família», “uma metodologia de intervenção junto das famílias e cujo grande alvo são as crianças e jovens em risco e perigo”.

“Não existe muito trabalho de gabinete, pois a maior parte do trabalho é feito no terreno junto das famílias. Ou seja, o técnico opera em casa, junto das famílias, da comunidade e tudo é discutido e definido em conjunto com as famílias. É importante perguntar à família quais pensa serem as suas necessidades e os seus objetivos”, explicou, acrescentando: “Ouvir e aceitar as famílias será uma forma de estabelecer relações positivas com as mesmas, fazendo com que a intervenção tenha mais qualidade. É importante, também, consciencializar as famílias dos problemas que têm para que elas sintam vontade de mudar”.

Depois, Graça Mira Delgado defendeu não existir “um modelo aplicável a todas as famílias”, sublinhando: “O nosso papel é adaptar e formular intervenções adaptadas e de acordo com as especificidades das pessoas e conjuntos de pessoas que acompanhamos. Percebeu-se através da implementação desta metodologia que duas famílias por técnico é uma distribuição que permite que o trabalho tenha mais qualidade”.

Este tipo de intervenção vai sendo avaliado, “processo em que as famílias também devem participar”, referiu, acrescentando: “Os técnicos contam, ao longo do processo, com uma supervisão que acaba por conferir mais qualidade ao trabalho, uma vez que através dessa supervisão é possível detetar pontos passíveis de melhorias ou de alterações necessárias”.

Já da parte da tarde, o seminário prosseguiu com o 3º Painel, subordinado ao tema «Modelos

de intervenção em acolhimento residencial».

Emília Rufino («Modelo de intervenção socioeducativo em Casas de Acolhimento Generalista») começou por dizer que “o objetivo último do acolhimento residencial é a autonomização das crianças e jovens acolhidos”, destacando que “é fundamental que exista muita comunicação entre todos” e considerando muito importante que “as crianças e jovens sejam ouvidos e levados a participar ativamente em tudo o que se passa no seu dia-a-dia e ainda a refletir e autoavaliar-se relativamente aos seus comportamentos”.

Com o mote «Intervenção educativo-terapêutica no acolhimento residencial», Ricardo Martinez defendeu que a intervenção deve tocar os seguintes aspetos: “Motivação; Oferecer coisas que não possam ser compradas com dinheiro; Trabalhar o indivíduo a partir do grupo e não isolando-o; Aproveitar, de forma pedagógica, e potenciar o conflito incentivando a autorregulação; Ensinar e aprender a pedir ajuda a quem o rodeia; Ensinar a transportar para a vida as aprendizagens que faz na instituição”.

Para além disto, Ricardo Martinez, sustentou que “os jovens precisam de ter experiências de dor e prazer, porque são essas experiências que ficam na memória a longo prazo”, pugnando por uma “gestão cooperada”, em que se ouvem os jovens e equacionam as suas sugestões, pois “eles devem sentir que fazem parte da procura de soluções”.

Depois, abordou a «Metodologia do buraco»: “Existe uma caverna na Serra da Arrábida que é preparada com sistemas de segurança que não são conhecidos dos jovens que ali são conduzidos. Chegados ali são desafiados a entrar e sair pelos seus próprios meios. Sendo uma atividade com um grau de dificuldade elevado, acabam por pedir ajuda. Desta forma desmistifica-se a atitude arrogante frequentemente evidenciada. As metáforas da metodologia do buraco fazem com que os jovens entendam a importância que a instituição e as pessoas que nela trabalham podem ter para a sua vida”.

Um dia de muito frutuoso para quem lida diariamente com as problemáticas do trabalho com crianças e jovens em risco, o seu acolhimento e intervenção junto das famílias.

AUMENTO PARA 730 MIL

Mais trabalhadores com salário mínimo

O número de trabalhadores que ganham o salário mínimo nacional aumentou para os 730 mil em março deste ano face ao período homólogo, mais 88,9 mil trabalhadores, representando 22,9% do total.

Depois da subida do salário mínimo para os 557 euros em janeiro deste ano, o quinto relatório de acompanhamento da remuneração mínima mensal garantida, que o Governo apresentou aos parceiros sociais, dá conta de que, em março de 2017, “havia cerca de 730 mil trabalhadores abrangidos” por esta remuneração.

Isto representa um crescimento homólogo de 13,9%, ou seja, mais 88,9 mil pessoas, refletindo uma subida inferior à observada em março de 2016, quando o número de trabalhadores a ganhar o salário mínimo em vigor na altura aumentou 24,4% (ou 125,5 mil pessoas).

Em termos relativos, a proporção de trabalhadores que ganhavam o salário mínimo em março de 2017 representava 22,9% do total de trabalhadores, um aumento de 2,2 pontos percentuais comparando com o mesmo período de 2016.

No documento entregue aos parceiros sociais,

o Governo indica que o crescimento do volume de trabalhadores abrangidos pela remuneração mínima mensal garantida resultante desta atualização [de janeiro de 2017] foi inferior ao que resultou quer da atualização de 2016 (+3,1 pontos percentuais) quer da atualização de outubro de 2014 (acima de 4,0 pontos percentuais).

Quanto aos novos contratos, foram iniciados cerca de 262,5 mil contratos de trabalho no primeiro trimestre deste ano, mais 19% face ao mesmo período de 2016, segundo o relatório que dá ainda conta de que “o número de contratos cessados no âmbito do Fundo de Compensação do Trabalho foi de 150 mil (+7,6% do que no primeiro trimestre de 2016)”.

Mais de 40% dos contratos iniciados entre janeiro e março (40,7%) “tiveram remuneração base mensal igual à remuneração mínima mensal garantida, o que representa um aumento de aproximadamente 3,4 pontos percentuais face à proporção observada no primeiro trimestre de 2016”.

O documento recorre a dados de janeiro para traçar o retrato do trabalhador que ganha o salário mínimo: são sobretudo mulheres (53,7%

do total de trabalhadores que auferem esta remuneração), que têm entre 35 a 44 anos (27,5% do total) ou entre 45 a 54 anos (25,4% do total) e têm apenas o ensino básico de escolaridade (70,4% do total).

O quinto relatório de acompanhamento inclui pela primeira vez uma análise setorial, concluindo-se que, em janeiro de 2017, os trabalhadores que ganhavam o salário mínimo nacional “concentravam-se predominantemente nas indústrias transformadoras (21,6%, num setor que representa 20,7% do emprego total), no comércio por grosso e a retalho, na reparação de veículos automóveis e motociclos (20,9%, num setor que representa 19,9% do emprego total)”.

Além disso, verifica-se que há “uma sobre-representação dos trabalhadores abrangidos pela remuneração média mensal garantida no setor da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”.

Estas atividades abrangiam, em janeiro, “cerca de 2,4% dos trabalhadores, ao passo que, no escalão de remuneração equivalente à remuneração média mensal garantida, abrangiam 3,7% dos trabalhadores”.





PROCESSOS CHAVE
REGISTO DE ATIVIDADES DIARIAS

ECONOMIA SOCIAL

SOFTWARE ESPECÍFICO

IMOBILIZADO	UTENTES	SÓCIOS	ÁREA SAÚDE UNIDADES DE CUIDADOS CONTINUADOS CLÍNICA INTERNAMENTO PROCESSO CLÍNICO BLOCO OPERATÓRIO PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA	PORTAL SOCIAL DIREÇÃO FUNCIONÁRIOS RESPONSÁVEIS DOS UTENTES LIVRO DIGITAL "MEMO"
RECURSOS HUMANOS	CONTABILIDADE	STOCKS, ECONOMATOS, COZINHAS E LAVANDARIAS		
ESCALAS DE SERVIÇOS	TESOURARIA	SALÁRIOS		
APOIO DOMICILIÁRIO	VIATURAS	MAILING		

MAIS DE 3000 CLIENTES

GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E OPERACIONAL

SOFTWARE PARA VÁRIAS RESPOSTAS SOCIAIS
(Licenciamento e SaaS)

PLATAFORMAS WEB, PORTAIS e SOLUÇÕES DE DESIGN



consulte já as novidades em www.f3m.pt






F3M Information Systems, S.A. | contacto@f3m.pt | info@f3m.pt | Tel. (+351) 253 250 300 . (+351) 213 636 271 | www.f3m.pt
 Head Office, Braga | Lisbon Branch, Lisboa | Moçambique Branch, Maputo | Angola Branch, Luanda

XI FESTA DA SOLIDARIEDADE – MADEIRA 2017

“Dá prazer fazer o bem e quanto melhor, melhor”

Banho de multidão à chegada da Chama da Solidariedade ao Jardim Municipal do Funchal, momento formal de início da XI Festa da Solidariedade. Ao sétimo dia, a flama solidária terminava o périplo por toda a Região Autónoma da Madeira, chegando pelas mãos do padre Francisco Caldeira, presidente da UIPSS Madeira, que a entregou ao padre Lino Maia, presidente da CNIS, que por sua vez a transmitiu a José Vieira da Silva, ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, para que estivesse aberta oficialmente a Festa da Solidariedade.

A massa humana que lotou o anfiteatro do Jardim Municipal recebeu a Chama com enorme entusiasmo, e até alguma euforia a que a enorme quantidade de crianças não foi alheio, espelhando bem o que foi a presença de sete dias na «Pérola do Atlântico».

“Dá prazer fazer o bem e quanto melhor, melhor” foi a mensagem deixada pelo presidente da CNIS aos presentes, que instigou todos os presentes a fazerem “quanto melhor, melhor”.

Durante o período mais institucional do evento, os oradores tocaram temas que ao longo da semana foram igualmente abordados nas instituições aquando da passagem do archote solidário. E esses temas foram essencialmente as dificuldades económico-financeiras das IPSS insulares (e não só!), o combate à pobreza que a crise agudizou ou a situação da Venezuela e o regresso de muitos emigrantes madeirenses que estão a chegar sem nada e sem perspetivas de futuro, mas todos os intervenientes salientaram também a enorme importância das IPSS na atenuação dos problemas, sublinhando o extraordinário trabalho que desenvolvem, em especial com os mais carenciados.

Destaque para as palavras sobre estas temáticas dos presidentes da CNIS e da UIPSS Madeira, mas também de Rubina Leal, secretária Regional da Inclusão e Assuntos Sociais, Paulo Cafôfo, edil do Funchal, e do ministro Vieira da Silva.

O governante da República começou por elogiar todos os que nas IPSS ajudam à “construção de uma sociedade mais justa e solidária”, evocando, de seguida, três palavras, que em sua opinião, são chave neste universo: solidariedade, compromisso e cooperação.

“E quero aqui manifestar a minha solidariedade, afirmar o meu compromisso no combate às desigualdades e à pobreza e expressar a minha vontade de ser uma parte dessa cooperação”, sustentou o ministro Vieira da Silva, finalizando com um elogio: “E neste esforço de solidariedade, de compromisso e de cooperação, há aqueles que têm essa exigência por dever de ofício, mas os que o fazem por vontade cívica, por dádiva, por pertença a uma comunidade merecem-nos uma palavra de duplo agradecimento, porque não estão apenas a cumprir um dever, estão a demonstrar um caminho, o caminho desta Chama, o caminho da



solidariedade, do compromisso e da cooperação. Bem hajam!”.

Ainda antes de regressar a animação musical ao palco, a Chama da Solidariedade foi simbolicamente transmitida pelo presidente da UIPSS Madeira, padre Francisco Caldeira, ao homólogo da UDIPSS Setúbal, Fernando Sousa, que em 2018 receberá a 12ª edição da Festa da Solidariedade.

Findo o momento institucional, a festa regressou ao palco, com diversas atuações de grupos oriundos de instituições de todos os concelhos da Madeira, que só o calor intenso de um Sol impiedoso acabou por, de certa forma, levar a uma certa desmobilização em busca das sombras do bonito Jardim Municipal. Diga-se que o problema foi, entretanto, atenuado com alguns guarda-sóis, o que ajudou a manter o público no anfiteatro.

Mesmo assim a alegria e diversão foi uma constante dos dois lados do palco, com as instituições a apresentarem números musicais, teatrais e de dança, o que fez a plateia, onde pontificaram muitos turistas estrangeiros, rejubilar amiúde.

É caso para se dizer que... foi bonita a festa, pá!

No final, em jeito de balanço, o presidente da CNIS disse, ao SOLIDARIEDADE, que a Festa da Solidariedade foi “um momento importante para as IPSS e para a União das IPSS da Madeira e

para a CNIS, porque se nota, de facto, uma grande adesão, um grande entusiasmo e uma vontade muito grande de comunhão em torno da União da Madeira e da CNIS”.

Por outro lado, o padre Lino Maia destacou “a sensibilidade, por parte do Governo Regional, para aprofundar a cooperação, mediada pela UIPSS Madeira, o que é muito bom”.

Em jeito de balanço, o líder da CNIS não tem dúvidas de que na Madeira aconteceu “uma das melhores edições da Festa da Solidariedade”: “A Festa começou no Porto Santo há uma semana e teve sempre, por todas as localidades por onde passou a Chama da Solidariedade, uma grande adesão. Houve casos em que crianças de escolas estiveram duas horas à espera sem arredar pé, foi muitíssimo bom. Não apenas hoje aqui no Funchal, mas houve sempre uma grande adesão em todos os dias, uma adesão feliz e cheia de entusiasmo”.

Para o padre Lino Maia, “a Solidariedade sai reforçada e isso é importante para os desafios com que se confronta”, considerando que “cada vez mais há condições para nos darmos mais às populações”.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

XI FESTA DA SOLIDARIEDADE – MADEIRA 2017

Chama irradia entusiasmo e alegria por toda a Madeira

Em terras do bailinho foi o corridinho que marcou o ritmo do périplo da Chama da Solidariedade pela Região Autónoma da Madeira (RAM), no âmbito da XI Festa da Solidariedade. Não que tenha sido tudo a correr, mas apenas porque não houve ponta das ilhas da Madeira e de Porto Santo que não tivesse sentido o calor solidário da Chama.

Sintomático foi o enorme entusiasmo com que o archote solidário foi recebido em todo o lado, tantos pelas instituições, como pelas entidades e associações locais, num percurso que incluiu todos os concelhos da RAM.

Uma semana de digressão, que arrancou em Porto Santo, no dia 27 de maio, e terminou no Funchal, no dia 2 de junho. No entanto, passagem pelo Machico (dia 28 de maio), com destaque para a receção no Caniçal, para no dia seguinte rumar Câmara de Lobos, onde houve o primeiro cortejo significativo, da Capela da Vitória até à Praça da Autonomia, onde o presidente da CNIS, padre Lino Maia, se juntou à festa. Dali, a flama solidária dirigiu-se à Ribeira Brava, onde a animação musical se prolongou até cerca das 23h00 e a Chama iluminou a sua primeira missa campal do périplo.

Já no dia seguinte, a Chama, que pernitoou na Ribeira Brava, chegou pela manhã à Ponta do Sol, avançando até à Calheta e terminando o dia no Porto Moniz, onde voltou a realizar-se uma eucaristia em honra da Chama da Solidariedade.

No derradeiro dia de maio, a grande maratona. Vinda do Porto Moniz, onde passara a noite, a tocha solidária chegou a S. Vicente, rumando à freguesia de Ponta Delgada, para seguir caminho até Santana, mais concretamente a Arco de S. Jorge, onde se iniciou uma viagem por todo o território Património Natural da Humanidade. Depois dos muitos presentes formarem um cordão humano em torno da igreja local, a Chama passou por todas as demais freguesias do concelho de Santana, sendo recebida em todos os locais com grande entusiasmo e muito brio.

No penúltimo dia de périplo, a Chama iniciou o Dia, que era Mundial da Criança, em Santa Cruz, para dali dar início a um outro périplo, agora no Funchal.

S. Gonçalo, baixa do Funchal e S. Martinho, para no dia seguinte passar por Santo António, repousando no Hospício Princesa Dona Amélia, já no centro do Funchal, antes de seguir para as emoções fortes que foi a Festa da Solidariedade, no Jardim Municipal.

Em todos os locais por onde a Chama da Solidariedade esteve foi recebida com um entusiasmo fantástico, com crianças, jovens e seniores demonstrando grande alegria, proporcionando momentos de animação musical, de teatro, de poesia, de folclore, ou, simplesmente, oferecendo uma flor.



Nota interessante em toda a digressão foi o facto de o Hino da Solidariedade, versão de 2015, ter sido interpretado nos mais diversos pontos da madeira das mais diversas formas e feitios, mas sempre com extraordinários resultados. «A capella», em coro por crianças e/ou por idosos, com e sem coreografia, acompanhado a acordeão, a cavaquinho ou com outros instrumentos o Hino da Solidariedade conheceu diferentes e boas versões.

Há quem diga que uma imagem vale por mil palavras, mas quando as palavras são bem

costuradas, a coisa pode não ser bem assim...

Na Gaula, mais concretamente no Refúgio de São Vicente de Paulo, a poetisa Olívia Baptista, residente do lar, escreveu e declamou o poema «Chama Viva», que retrata de forma exemplar e simples o universo e espírito que a Chama da Solidariedade carrega.

Por isso, mais do que outras palavras, ficam as de quem vive por dentro a solidariedade das e nas IPSS.

“Chama ardente sê bem-vinda/Te saudamos com amor/No Refúgio de São Vicente de Paulo/



Recebemos os idosos/Também habita o Senhor.

Hoje a Chama nos Visita/Recebemo-la com alegria/Símbolo da solidariedade/Para toda freguesia,

A Festa da Solidariedade/Celebra e louva o trabalho das instituições/Enaltece os seus valores/Em nossos corações.

Muito amor e esperança/É o que esta Chama nos traz/Agradecemos a todas as instituições/O trabalho que cada uma faz.

A Chama vem afirmar/O seu imenso valor/ Todo o trabalho do lar/É feito com muito amor.

Vemos o combate à pobreza/Uma missão essencial/Queremos justiça e dignidade/Para toda a população em geral.

Instituições Particulares de Solidariedade Social/Trabalham com dignidade/Recebem muitos carenciados/E lutam pela igualdade.

Vimos a Chama ser recebida por muitas instituições/Para lhes dar força e coragem/Em todas as ocasiões.

A chama que sempre vive/No fundo dos corações/Chama viva não te apagues/Não tragas desilusões”.

Imagens para quê, quando as palavras são costuradas acertadamente?

Esta é, sem dúvida, uma das mais marcantes edições, das 10 que já teve, que a Chama da Solidariedade protagonizou, ficando na retina o entusiasmo e alegria tão próprio das crianças que estiveram em massa na passagem da centelha, mas também dos muitos idosos e público em geral que assistiu.



Já a Festa da Solidariedade, no Jardim Municipal do Funchal, foi uma espécie de extravasar de toda a celebração que foi a presença da Chama na «Pérola do Atlântico», uma verdadeira explosão de alegria testemunhada por todos aquando da chegada do archote solidário pelas mãos do padre Francisco Caldeira, presidente da UIPSS Madeira.

Obviamente, tudo terminou com o «Bailinho da Madeira», pelo Grupo Folclórico da Casa do Povo

da Ponta do Sol.

Nota ainda para a sessão cultural que foi a apresentação do livro «Juntos... pela criança na creche», uma edição da CNIS e que teve como protagonistas o padre Lino Maia e Filomena Bordalo, numa iniciativa que integrou o programa da 43ª Feira do Livro do Funchal.

Em 2018 é a vez de Setúbal.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

PADRE JOSÉ MAIA
jose.maia@cic.pt

Sinais dos tempos...

No preciso momento em que me sentei para começar a redigir esta crónica para o SOLIDARIEDADE, estou a acompanhar as várias reportagens que, em direto, estão a colocar-nos diante dos olhos e do coração, cenas de uma multidão de gente assustada, de ambulâncias a transportar vítimas de mais um atentado terrorista (a acrescentar aos já 721 que foram perpetrados, só neste ano)!

Apesar de alguns deles terem como cenário países e cidades menos mediatizados (fora da Europa), tem sido no coração de várias cidades europeias que os autores desta “nova geração de atos terroristas” (com recurso a meios exíguos, quase artesanais) estão a desafiar o potencial militar que tantas vezes é mostrado ao mundo, no pressuposto de que, desta forma, os “novos terroristas” pensarão duas vezes antes de perpetrarem mais atentados que têm merecido adjetivos como: desumanos, vis, selvagens!

Parece, porém, que a “razão da força=poder militar e bélico” não está a revelar-se dissuasora!

Mais e pior: o MEDO ameaça tornar-se uma “nova arma” capaz de nos obrigar a TODOS a repensar quase TUDO em relação a matrizes civilizacionais e a modelos de organização social, política, económica, cultural e até religiosa!

Com o devido respeito e consideração por todos os analistas e comentadores da nossa praça que encontram sempre um jeito de, muitas vezes, falarem muito mas sem dizerem nada, por falta

de argumentos consistentes, permito-me sugerir um método de análise que, por norma, costuma ser bastante eficaz. Prevenindo a crítica de que estou a gerir um “conflito de interesses”, uma vez que este método de análise é muito inspirado no Cristianismo, informo que me estou a referir ao “discernimento”, que constitui um bom instrumento de análise na leitura que faz sobre os **sinais dos tempos!**

Permiti-me que, a este respeito, recorra a uma conferência notável de D. José Policarpo, já falecido, que teve como tema: **“leitura dos sinais dos tempos: um olhar cristão sobre a História”** e que, entre outras reflexões, produziu estas:

- “ler os sinais dos tempos não é uma questão de moda; é um desafio permanente aos discípulos de Cristo, que deve gerar uma contínua atenção ao sentido profundo da história, lida e interpretada a partir da fé”;

- esta leitura assenta em alguns pressupostos, tais como, e antes de mais: “a unidade de toda a Humanidade, a única família humana, criada por Deus com amor. **Neste tempo de globalização, a unidade da família humana é um elemento central da mutação cultural**”.

Esta unidade de toda a Humanidade começa a tornar-se consciência de um património universal comum a todos os homens, que pode tornar-se fundamento ético, decisivo para a construção do diálogo, da harmonia e da paz”.



Admitindo que estamos num tempo de profunda “mutação cultural”, talvez façam sentido, esta e outras abordagens como esta, centradas num bom discernimento sobre o atual momento em que se encontra, tanto a Natureza como a HUMANIDADE.

Já vivemos o tempo em que se decretou a “MORTE DE DEUS”!

Depois, veio a “Era do VAZIO”.

Há uns anos que, através do crime da expulsão de milhões de cidadãos das suas pátrias, no que veio a designar-se como o drama humano dos “REFUGIADOS”, recordámo-nos da famosa parábola do “FILHO PRÓDIGO”, mas, neste caso, com uma diferença: o filho não saiu da casa por sua vontade, mas dela foi expulso!

Agora paira no Mundo um sentimento de “ORFANDADE”.

São precisos mais “sinais”? Queremos repetir a triste história de Abel e Caim?

ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA

ajsilva@sapo.pt

Estados Unidos: imagem posta em causa

Por alturas da tomada de posse de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos, muita gente se interrogou acerca de como é que fora possível que a maioria dos eleitores norte-americanos tivesse optado por um homem que já tinha dado sinais de não ter as características que se exigem a quem vai assumir aquelas funções.

Muitas razões foram então invocadas para explicar a sua vitória, umas mais razoáveis do que outras, mas o facto é que Trump tomou posse e o mundo vai ter de aceitar as consequências de uma das regras básicas da vida política: respeitar os resultados de eleições democráticas. Vai ter de as aceitar, pelo menos até ao momento, em que o próprio presidente se coloque numa situação que a lei fundamental classifique como passível de impedimento do exercício daquele cargo, o que, na história política americana, não seria um caso virgem. Basta recordar o que aconteceu a Richard Nixon. Nos Estados Unidos, há cada vez mais quem levante essa hipótese, mas, de momento, o aproveitamento desta solução extrema parece ainda distante, senão mesmo impossível.

As decisões presidenciais referentes a questões de política interna, como as que dizem respeito à imigração e à protecção das fronteiras, podem ser discutíveis, mas são legítimas e legais, pese embora o carácter desumano de algumas delas. A grande ameaça ao presidente resulta da multiplicação de casos que em tão pouco tempo levantaram sérias dúvidas sobre o cumprimento de algumas das obrigações que se exigem a um presidente. Por exemplo, a prudência, o respeito pela verdade e o cumprimento da própria palavra.

Para muita gente, na América e fora da América, Trump já terá perdido o resto da pouca credibilidade com que chegou à Casa Branca, e nem sequer a primeira e importante digressão internacional que fez recentemente terá servido para melhorar substancialmente a imagem negativa deixada pelos primeiros dias da sua presidência. O tom com que se referiu publicamente às dívidas dos seus parceiros na NATO, mesmo que justificadas, esteve longe de relançar um verdadeiro espírito de solidariedade entre os membros desta instituição.



É certo que o prestígio dos Estados Unidos no mundo não depende apenas da imagem do seu presidente, mas dificilmente poderá passar ao lado deste factor. Mesmo sabendo que, em alguns casos, essa imagem pode ser fabricada ou adulterada, pode dizer-se que o peso internacional da influência americana tem sempre alguma coisa a ver com a imagem de quem ocupa a Casa Branca. Ora, neste momento tão problemático das relações internacionais, essa imagem está longe de ser positiva e esperançosa. Trump inspira mais desconfiança do que respeito, e bem se pode dizer, nesta linha de pensamento, que a imagem daquela que é ainda a maior potência mundial está a ser posta em causa pelo seu próprio presidente...

HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do

Centro Social de Ermesinde



Revisão da Lei de Bases da Economia Social

1 - Com organização da CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, vem decorrendo o Congresso Nacional da Economia Social.

Intervim, em representação da CNIS, num painel, na recente sessão em Mangualde.

É certo que é vezo dos Congressos as respectivas Conclusões já estarem prontas, mesmo antes de os debates começarem.

Por mim, no entanto, procuro tirar as conclusões depois da discussão; e é nesse plano que entendo adiantar algumas ideias que, pela frequência com que ocorreram e pela qualidade dos que as formularam, me parece constituírem uma síntese conclusiva desta Sessão, em Mangualde.

Uma dessas ideias é a da necessidade da urgente revisão da Lei de Bases da Economia Social.

Na minha intervenção, adiantei a convicção de que a revisão da LBES constituía uma exigência indispensável para sanear algumas incoerências lógico-normativas de que o diploma padece e que inquinam o debate.

Tive a satisfação de ouvir, pouco depois, o Professor Roque Amaro, o Dr. Filipe Almeida, Presidente do Portugal Inovação Social, e uma representante do BE a acompanharem essa minha convicção.

Suponho, assim, estar preenchido o requisito da densidade mínima para a promoção dessa ideia ao nível de Conclusão do Congresso.

2 - “A economia social e solidária – novos conceitos, origens e designações no debate português e europeu” – foi o tema escolhido para esta Sessão.

Tema oportuno, pelo que tem de implícito: estamos perante realidades novas, senão na sua materialidade, pelo menos na sua nomeação: “novos conceitos”, a propósito da economia social e solidária, é o que diz o programa.

Por outro lado, a ambição de debater e discutir, *in aula*, novas ideias, ou novos conceitos, reconhecendo a sua novidade e a necessidade de, por tal razão, aprofundar o seu sentido, permite que este Congresso fuja àquele cânone de tantos outros Congressos, como referi, em que as conclusões são prévias e constituem vinculações do próprio debate.

3 - As principais incoerências resultantes do cruzamento normativo da LBES com a Constituição da República e com, pelo menos, o Estatuto das IPSS, são, a meu ver (e também do Presidente do Portugal Inovação Social, que praticamente identificou as mesmas situações), as seguintes:

A - O artº 82º, 1 e 4 da Constituição tem sido considerado a disposição/fundamento de legitimação, no plano da organização económica do País, do lugar e do papel da economia social.

Mas essa filiação não é inequívoca.

É certo que a Lei de Bases da Economia Social, no seu artº 1º, se afirma como constituindo o “**desenvolvimento do disposto na Constituição quanto ao sector cooperativo e social**”.

Contudo, essa filiação não deixa de parecer ir para além da habilitação conferida pela norma constitucional.

O artº 82º da Constituição, no que aqui nos interessa – que é o nº 4 -, é o que se refere ao sector cooperativo e social.

Ora, tal preceito constitucional contém a epígrafe: “**Sectores de propriedade dos meios de produção**” – repetindo a expressão em todas as alíneas do preceito.

B - Em meu entender, a disciplina constante das bases gerais da economia social definida na LBES extravasa em muito esse âmbito fixado no artº 82º, 4 da CRP, estabelecendo, por exemplo, uma tabela classificativa das entidades, no artº 4º, e um elenco de princípios, no artº 5º, que, não só não constituem um desenvolvimento do artº 82º, 4 da Constituição, como até entram, em algumas circunstâncias, em conflito com ele.

Com efeito, não há uma justaposição, uma identidade, entre o universo de entidades titulares de bens do sector de propriedade cooperativa e social (artº 82º, 4 da CRP) e o universo das entidades previstas no artº 4º da LBES.

Na verdade, a norma constitucional citada visa apenas, como se disse, a propriedade dos meios de produção; quer dizer, trata de recursos, de meios, de intendência.

Mas a Lei de Bases, a partir dessas disposições sobre meios e recursos, parte para complexas definições jurídicas tendo por objecto as próprias entidades proprietárias de tais bens – quer dizer, parte da natureza dos bens para a qualificação jurídica dos proprietários desses bens.

Parte da aparência para a essência – quando deveria ser ao contrário, segundo as regras comuns.

São a natureza e a finalidade das entidades que justificam as características conferidas aos respectivos bens.

C - Um simples exemplo permite evidenciar essa desconformidade entre o plano constitucional e o plano da LBES:

De acordo com o artº 82º, 4 da CRP, não restam dúvidas de que, p. ex., os bens pertencentes a uma IPSS, ou a uma misericórdia ou mutualidade, ou a uma cooperativa, cabem na definição constitucional correspondente ao Sector de propriedade cooperativo e social.

E, na verdade, todas essas entidades constam do rol do artº 4º da Lei de Bases.

Mas, em bom rigor conceitual, deve perguntar-se se todas deveriam constar deste segundo rol, na medida em que muitas delas contrariam os princípios orientadores que o artº 5º da mesma LBES refere.

Por exemplo, as IPSS de natureza fundacional, como a generalidade dos centros sociais paroquiais, as fundações de solidariedade social e os institutos de organizações religiosas, não estão sujeitas ao “controlo democrático dos respectivos órgãos pelos seus membros”, princípio que, todavia, a alínea c) do artº 5º da LBES impõe como constitutivo das entidades da economia social.

O mesmo sucede com as fundações em geral,

que o artº 4º, d) da Lei de Bases igualmente determina integrarem a economia social.

(Tal constatação não constitui qualquer juízo negativo sobre a estrutura orgânica de tais entidades, como se fosse uma imperfeição essa inexistência de controlo democrático.

Não é disso que se trata.

É não só legítimo, como necessário, que o instituidor de uma fundação possa determinar a forma como devem ser administrados os bens por si deixados ou doados.

A exigência de democracia deve ser deixada – porventura reforçada – para as instâncias onde ela faz falta.)

D - Do mesmo modo, a possibilidade de distribuição pelos cooperantes dos excedentes gerados na gestão das cooperativas contraria o princípio da afectação dos mesmos excedentes à prossecução dos fins próprios da entidade, como estabelece a alínea g) do mesmo artº 5º da LBES – pelo que esta mesma disposição diz uma coisa e o seu contrário, abrindo-se a uma excepção que inutiliza a regra anteriormente enunciada.

E - O mesmo se diga da alínea h) do referido artº 4º da LBES, que parece igualmente redigido do avesso.

Com efeito, deve ser a prévia qualificação material como entidade da economia social a legitimar a inserção na respectiva base de dados; e não, como a actual formulação permite, caber na discricionariedade da Administração Pública a inserção na base de dados de instituições que não preencham os respectivos requisitos de qualificação e assim lhes conferir, mesmo *contra natura*, o respectivo estatuto.

5 - Entendo que o apelo do Congresso para o aprofundamento dos conceitos que configuram a economia social é mais propício ao enunciado das distinções que definem do que dos englobamentos que confundem.

Socorro-me do magistério de D. António Ferreira Gomes: “**No fundo das questões e por via de regra, quem menciona um facto importante ou enuncia uma doutrina empenhativa não divide os espíritos: encontra-os divididos sobre factos ou doutrinas e o que pode acontecer-lhe é que a menção desse facto ou doutrina seja detonador dessas divisões.**”

O que se pretende é um pouco fazer como os saís de prata actuam na película fotográfica, separando os corpos e as formas a partir da indiferenciação inicial, para que sejam identificados e estáveis todos os objectos e pessoas constantes do retrato.

Nada de pressas, nem de pressões. Como escreveu Carlos de Oliveira, também a propósito da película fotográfica, “a imagem, exposta a um ácido excessivo, começa a decompor-se.”

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA CALHETA

A nossa solidariedade não pode esquecer os nossos trabalhadores

É uma das quatro Misericórdias que existem na Região Autónoma da Madeira e tem uma história muito atribulada. Fundada em 1535, a Santa Casa da Misericórdia da Calheta teve um grande impulso em 1956 com a construção do hospital concelhio, mas com o 25 de Abril de 1974 tudo mudou. O hospital, que hoje é o Centro de Saúde da Calheta, por altura da Revolução de 1974, ficou na posse do Estado, ficando a instituição sem atividade e com a existência em causa. Foi só em 1990 que a Misericórdia foi reativada e, segundo a provedora Cecília Cachucho, “em boa hora” o foi.

“O regresso da Santa Casa dá-se quando o padre Isaias alertou o D. Teodoro de Faria, bispo do Funchal, para a situação de inatividade da instituição. Fomos muito felizes com a Comissão Instaladora que se formou, liderada pelo doutor Magalhães e Almeida, que conseguiu reativar a instituição”, conta a atual provedora, que explica a razão da aposta ter sido logo no apoio aos mais velhos: “A grande necessidade sempre foi o apoio aos idosos, porque o nosso concelho, como toda a Região, é marcado por uma grande emigração, sobretudo, para a Venezuela e a África do Sul. As famílias fixaram-se lá e a população que cá foi ficando foi a mais envelhecida. Daí que aquilo que era mesmo preciso no nosso concelho era apoiar os idosos, por isso ter-se logo avançado para a criação do Lar para a terceira idade”.

Estava-se em 1996, mas a instituição não ficou por aí, pois um segundo lar acabaria por surgir.

“No Arco da Calheta havia a conhecida Casa dos Pobres, porque dava apoio aos mais pobres, e, então, o pároco da altura pediu ao doutor Magalhães e Almeida que a integrasse na Misericórdia e passasse a ser um lar, nascendo assim o Lar Nossa Senhora da Conceição”, recorda a provedora Cecília Cachucho, que não nega a necessidade de mais uma ERPI (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas), mas não para já: “Num futuro próximo talvez necessitemos de mais um, porque já sentimos alguma pressão, especialmente das pessoas com menos recursos. O nosso concelho tem uma população essencialmente agrícola, de poucos recursos e reformas muito baixas”.

Atualmente, no lar Nossa Senhora da Estrela estão 58 idosos, enquanto no lar Nossa Senhora da Conceição estão 26, mas é no Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) que a Misericórdia da Calheta contabiliza mais utentes: 300, apesar de ter apenas 250 contratualizados com a Segurança Social.

“Neste momento, a resposta que damos no SAD e também com o fornecimento de 50



refeições diárias é o que faz com que o apoio chegue às pessoas e colmate as necessidades. Estamos a chegar a estas pessoas, mas elas continuam a envelhecer e um dia vão precisar de um apoio diferente, para o qual agora não temos capacidade. Já temos vários pedidos, mas é-nos difícil, no sentido que temos



muita gente sem qualquer comparticipação familiar”, revela, ressaltando: “Mas mais um lar coloca em cima da mesa a questão da sustentabilidade”.

Aposta da Santa Casa e da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais e da Segurança Social, no sentido de manter as pessoas em

casa, o SAD da Misericórdia tem uma diferença grande entre o número de utentes e a participação da Segurança Social.

“Este Acordo de Cooperação para 250 já o temos há muito tempo, mas nós vamos além deste número porque as pessoas nos pedem e nós respondemos às necessidades. Aliás, já pedimos a revisão deste acordo, porque atualmente apoiamos 300 pessoas, mas não temos resposta”, lamenta Cecília Cachucho, que acrescenta: “As pessoas gostam de estar em casa, tanto é que quando pedem a institucionalização é já numa fase em que estão muito debilitadas. O lar é uma questão de grande responsabilidade, até por razões de sustentabilidade, porque as pessoas vêm menos autónomas e a carecer de mais apoio de todos os serviços, o que encarece a nossa missão”.

Apesar das dificuldades, a Santa Casa da Calheta vive uma situação económico-financeira “equilibrada”.

“Temos algum equilíbrio, mas conseguimos através de algumas rendas provenientes de património próprio e porque aplicamos o princípio da subsidiariedade, ou seja, quem pode colabora com mais. Antes conseguia-se melhor esse equilíbrio, porque quem não podia pagar era colmatado por quem podia. Porém, hoje há a preocupação das pessoas de ajudar também as famílias e, muitas vezes, antes de pedirem o internamento, transferem os bens para os familiares. De maneira que a nossa situação não é fácil. Temos equilíbrio, porque ainda temos algumas rendas, mas não é fácil”, sustenta, sublinhando: “Temos equilíbrio, temos tudo em dia e os salários são sempre pagos a tempo e horas. Numa recente reunião para avaliar os questionários dos colaboradores no âmbito dos procedimentos de qualidade, uma das satisfações deles era o vencimento em ordem. Uma das insatisfações eram os salários baixos, mas não podemos fazer mais”.

A este propósito, a provedora afirma que os recentes aumentos do salário mínimo, “para já, não levanta constrangimentos”, mas há uma preocupação que não larga a Mesa Administrativa: “O que nos preocupa mesmo é a falta de participação por parte de algumas famílias. Temos solicitado a revisão dos acordos com a Segurança Social para equilibrar a nossa situação, mas ainda não obtivemos resposta. Aguardamos com esperança que haja revisão dos acordos dos lares e do SAD, mas o que mais necessitamos é mesmo da revisão dos do Apoio Domiciliário. Para já estamos a conseguir fazer frente à situação, sem pôr em causa a instituição, nem a motivação dos nossos colaboradores. Trabalhar com idosos é um trabalho pesado e temos que manter os colaboradores motivados e negar-lhes os direitos deles era o pior que podíamos fazer. Afinal somos uma instituição de solidariedade social, mas a solidariedade também tem que ser para com os nossos colaboradores”.

Uma das apostas para melhorar a eficiência dos serviços e das decisões foi a implementação de procedimentos de qualidade, apesar de a instituição não ter a certificação.

“Nunca foi uma preocupação nossa, mas já há uns anos que vimos implementando os procedimentos de qualidade”, que tem sido,



segundo a provedora, uma enorme mais-valia para a instituição: “As grandes diferenças que sentimos têm sido, sobretudo, para a Mesa Administrativa, porque com os indicadores recolhidos passamos a ter uma visão da funcionalidade e quando estamos a decidir vemos as realidades. E isto é fundamental para que possamos decidir melhor. Enquanto provedora, a grande mais-valia é podermos acompanhar os procedimentos e as práticas, o que de outra forma seria muito difícil. O conhecimento que agora temos do que se faz na instituição deixou de ser abstrato desde que trabalhamos desta forma. Ter a noção dos gastos e onde são feitos é uma mais-valia de termos procedimentos de qualidade implementados. E o que acho muito bom nesta prática é que juntamente com a avaliação vêm logo as ações de melhoria, o que facilita a decisão da Mesa Administrativa. Depois, outra vantagem é o envolvimento de todos, dirigentes, técnicos e colaboradores”.

Aliás, para Cecília Cachucho, “a sustentabilidade é fundamental, mas não se pode preterir a qualidade dos serviços e são os procedimentos de qualidade que o permitem”.

Tal como no resto do País, também na Calheta há novos problemas que assolam a população idosa e as demências surgem à cabeça.

“E as nossas instituições não estão preparadas para lidar com as demências da população idosa e elas estão a entrar em força. Nos pedidos de internamento que recebemos o Alzheimer é uma presença constante. Nós não temos as condições, humanas e físicas, para lidar com isso. Não estamos preparados, nem nós na Madeira, nem as instituições no resto do País. Depois estas situações implicam um aumento dos custos, porque exigem mais pessoal especializado, mais colaboradores e mais espaços. E os acordos não cobrem essas situações. As pessoas vêm cada vez mais numa fase mais envelhecidas e debilitadas e a sofrer de demências, o que nos levanta grandes problemas”, lamenta a provedora, deixando um



alerta: “Penso que o País já deveria estar mais preparado para esta realidade, até porque ela não é nova e os governantes têm os números. Aqui na Região não há nenhum centro de Alzheimer e nós já o pedimos”.

Aliás, um Centro de Alzheimer é um projeto em mente para os responsáveis da Misericórdia, tal como uma outra ERPI para pessoas mais autónomas e numa vertente mais privada, “para ajudar na sustentabilidade das demais respostas”.

Para além destes sonhos, a Santa Casa da Calheta tem dois projetos já em marcha: a recuperação e remodelação do Centro de Saúde da Calheta, com apoios de fundos comunitários; e a remodelação e ampliação do Lar Nossa Senhora da Estrela, com a criação de mais oito quartos individuais”.

Para além destas respostas, a Misericórdia da Calheta tem um Centro de Convívio com 35 utentes, uma Unidade de Apoio Integrado, no âmbito dos Cuidados Continuados ao domicílio, com seis utentes, gere, em parceria com a autarquia, o centro Social do Pinheiro, que acolhe 12 utentes em centro de Convívio e apoia 396 famílias no âmbito do Programa de Emergência Alimentar. Em 2016 abriu uma loja solidária, empregando 120 funcionários.

E como seria a Calheta sem a Santa Casa? A resposta sai de pronto: “Não imagino. Seria uma pobreza extrema. A reativação da Santa Casa foi fundamental para o concelho, até pelo emprego que criou”.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA IPSS

www.trivalor.pt



O Grupo Trivalor, composto por 20 empresas, está vocacionado para fazer o melhor pela sua IPSS.

Melhore a qualidade dos seus serviços, reduza e controle os seus custos recorrendo ao nosso vasto leque de soluções.

RESTAURAÇÃO SOCIAL E PÚBLICA . EMISSÃO DE TICKETS DE SERVIÇO . SEGURANÇA . LIMPEZAS . MANUTENÇÃO
VENDING . FORNECIMENTO DE BENS ALIMENTARES E NÃO ALIMENTARES . GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS



Diferentes empresas do Trivalor SGPS, detêm os seus sistemas de gestão certificados (consultar certificados)

STRONG
Alvará: 41 A - 14121999, 41 C - 14121999, 41 D - 23.09.2003

www.trivalor.pt

AV. INFANTE SANTO, 21 A - 1550-177 LISBOA
TELEF: 21 042 00 05 / 21 042 08 08
FAX: 21 042 00 98 / 21 424 94 88
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONTACTE-NOS

TRIVALOR

CABAZES ALIMENTARES PARA 60 MIL PESSOAS

150 candidaturas para a distribuição de alimentos

O Instituto da Segurança Social (ISS) recebeu candidaturas de 150 entidades para a distribuição de alimentos a pessoas e famílias carenciadas, através do Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas Mais Carenciadas.

“Durante o ano de 2016 foram preparados os processos que permitiram que, em 2017, fosse lançado um concurso para as entidades elegíveis para a distribuição de alimentos, tendo sido apresentadas 150 candidaturas cuja análise está a decorrer”, adiantou uma fonte do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS).

Segundo o Governo, o concurso público para aquisição de alimentos tem um montante no valor de 35 milhões de euros anuais.

Os alimentos serão distribuídos em cabazes alimentares a cerca de 60 mil pessoas, uma medida que gradualmente irá substituir as cantinas sociais, integradas no Programa de Emergência Alimentar.

Os cabazes alimentares irão integrar na sua composição carne, peixe e legumes congelados, com o objetivo de cobrir as necessidades nutricionais diárias em 50% dos beneficiários.

Segundo a fonte do ministério, ainda se

encontram a decorrer concurso internacional para adquirir os alimentos que, posteriormente, vão ser entregues às entidades selecionadas para a sua distribuição.

Ao conjunto de obrigações de um concurso internacional, associa-se a complexidade de um concurso de aquisição de alimentos relativamente aos quais é imprescindível garantir os requisitos de segurança alimentar”, adianta.

A conclusão deste processo exige ainda que, previamente, seja ouvido o Tribunal de Contas e obtido um parecer positivo.

“Estima-se que os concursos possam estar concluídos em breve e que a distribuição” possa ocorrer durante o segundo semestre de 2017, sublinha o MTSSS.

Enquanto a distribuição de alimentos não é iniciada, o Estado tem “assegurado um conjunto diversificado de respostas no domínio do apoio alimentar com financiamento público, de que é exemplo disso o apoio dado pelas cantinas sociais”.

O Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas, financiado pelo Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas Mais Carenciadas (FEAC), integra financiamento que



se destina à aquisição, armazenamento e distribuição de alimentos e ao acompanhamento desta intervenção junto das pessoas carenciadas.

Destina-se ainda a apoiar os custos com recursos humanos, sistemas de informação, e outras atividades que constituem uma exigência na execução do Programa.

O Instituto da Segurança Social é o organismo responsável por gerir a medida destinada a financiar o processo de distribuição alimentos juntos das pessoas carenciadas e o organismo beneficiário da medida do Programa destinada à aquisição de alimentos.

SOLIDÁRIOS CONSIGO HÁ MAIS DE 21 ANOS

**DEIXA A INFORMÁTICA CONNOSCO,
AS PESSOAS PRECISAM DE SI.**



TSR
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

SOFTWARE
IPSS

SECTOR
ECONOMIA
SOCIAL

GESTÃO IMÓVEIS NOVO

CONTABILIDADE ESNL

IMOBILIZADO ESNL

MÓDULO ORÇAMENTOS

LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS
na contabilidade

UNIDADES DE SAÚDE
RNCCI

ORDENADOS
Caixa Geral de Aposentações, Segurança social, Declaração mensal/anual, Relatório Único

UTENTES IPSS

UTENTES CT (CERTIFICADO AT)

PROCESSOS CLÍNICOS UCC

CONTROLO DE PRESENÇAS

SISTEMA INTEGRADO DE TESOUREARIA
TSR - Utentes
TSR - Bancos
TSR - Associados
TSR - Rendas
TSR - Caixas e Pagamentos a Fornecedores

ASSOCIADOS / IRMÃOS IPSS
PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA E MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO (CERTIFICADO SPMS)
RECEITA SEM PAPEL


ASSISTÊNCIA REMOTA
Via internet


ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA
Gratuita


INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO
Nas vossas instalações

Rua dos Cutileiros, 2684 1º -
Sala 11 - Apartado 1071 EC
4836-908 Lameiras - Guimarães

WWW.TSR.PT

tlm. [+351] 939 729 729
tlf. [+351] 253 408 326 (3L/BA)
fax [+351] 253 408 328

tsr@tsr.pt

entre outras

+ DE 40 APLICAÇÕES

+ DE 900 CLIENTES

100% CLIENTES SATISFEITOS

GRÁTIS
DEMONSTRAÇÕES
SEM COMPROMISSO

GEOFUNDOS

Divulgadas 445 oportunidades de financiamento em apenas um ano

A Plataforma GEOfundos, que completou em maio um ano de existência, revolucionou a forma como as organizações sem fins lucrativos procuram financiamento para os seus projetos e iniciativas. Desde maio de 2016, a Plataforma já divulgou mais de 445 oportunidades de financiamento orientadas para as organizações sem fins lucrativos e para empreendedores sociais portugueses.

Refira-se que a Plataforma nasceu com o objetivo de responder aos dois maiores desafios identificados pelas organizações e financiadores da Economia Social: concentrar num mesmo espaço todas as oportunidades de financiamento disponíveis e capacitar as organizações para a elaboração de candidaturas mais consistentes e com maior probabilidade de aprovação.

Um ano depois, para os promotores da iniciativa, o balanço da GEOfundos é muito positivo. A Plataforma divulgou mais de 445 oportunidades de financiamento, anunciadas por cerca de 170 financiadores diferentes, oportunidades às quais as organizações e empreendedores sociais se puderam candidatar para receber apoio financeiro.

O modelo de navegação é simples, intuitivo, com um serviço de segmentação automática de oportunidades em função do perfil de cada organização e um sistema de alertas que permite às organizações pouparem tempo de pesquisa. Com a GEOfundos, as organizações ficam com mais tempo para se dedicarem à sua missão. Esta poupança de tempo tem sido identificada pelos utilizadores como a maior vantagem deste projeto. O conceito inovador e pioneiro da Plataforma está a captar a atenção internacional com vista à replicação do projeto.

A GEOfundos tornou-se, assim, o mais completo e agregador site de procura de financiamento para a Economia Social em Portugal e o tipo de financiamentos divulgado é muito diversificado. Ali podem ser encontradas candidaturas abertas para prémios, concursos, subsídios, subvenções, microcrédito e crowdfunding, entre outros, com montantes mínimos de financiamento por candidatura que vão dos 250 euros a orçamentos totais de sete milhões de euros.

Durante o primeiro ano de atividade, verificou-se que os financiadores são na sua maioria entidades públicas e privadas de base local, nacional e internacional e vão de Câmaras Municipais a entidades transnacionais, como a Comissão Europeia ou Banco Mundial, de Fundações nacionais a internacionais e empresas de todo o mundo.

A atividade da GEOfundos permitiu-lhe detetar que em média estiveram abertas, diariamente, cerca de 100 oportunidades de financiamento.

Em complemento à divulgação de



oportunidades, a Plataforma disponibiliza ainda o Centro de Especialistas que constitui um espaço de divulgação de entidades que apoiam as organizações e empreendedores no acesso a financiamento. O Centro de Especialistas permitiu as entidades chegarem de forma mais rápida a empresas e consultores que prestam serviços de capacitação e, assim, prepararem candidaturas mais eficazes e com mais qualidade.

A GEOfundos disponibiliza ainda o Espaço de Aprendizagem, que agrega mais de 500 conteúdos em formatos diferentes sobre temáticas associadas à preparação de candidaturas, planeamento de projetos e gestão de organizações e iniciativas de impacto. Tudo isto numa lógica de promover mais conhecimento, mais e melhores candidaturas e mais e melhores projetos.

O balanço da atividade da GEOfundos, e a celebração do primeiro ano de existência, foi realizado em dois momentos, primeiro em Lisboa e depois no Porto, iniciativas que



contaram com alguns financiadores e utilizadores da plataforma.

A GEOfundos é um projeto sem fins lucrativos, criado por um consórcio que junta nove entidades: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação EDP, Fundação PT, Associação Mutualista – Montepio Geral, CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, IES-Social Business School, TESE e as consultoras Call to Action e Stone Soup.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



A Ilusão da Integração Fiscal Europeia

Perpassa pela Europa um aparente vento de mudança.

Primeiro foi o Livro Branco Sobre o Futuro da Europa, depois foi a eleição de Emmanuel Macron em França com um claro compromisso de reforma da Europa e, em particular, da zona euro (chegou a falar de uma refundação), finalmente aparece a carta do governo espanhol onde constam propostas concretas de reforma UEM.

Como eu não acredito que o governo espanhol tivesse o atrevimento de enviar a carta sem algum prévio aquecimento das costas pela diplomacia de um bloco significativo de países membros, acredito que algo está, de facto, “en marche”.

O que daqui vai sair, ignoro. Na verdade, depois da visita de Macron a Angela Merkel, não fiquei nada com a certeza que, por reforma da zona euro, a França e Alemanha entendam a mesma coisa. Veremos!

O objetivo da crónica de hoje é algo limitado. Gostaria de colocar algum refrigério nos entusiasmos que por aí correm quanto aos efeitos salutares da união fiscal – ou de progressos nesse sentido – enquanto forma definitiva de salvação da zona euro.

Há quem pense que a zona euro pode salvar-se com a integração fiscal e nomeadamente com as transferências dos países ricos para os pobres em tempos de stress.

Normalmente vêm-nos à cabeça os casos dos países federais como os Estados Unidos, o Canadá, a Austrália ou mesmo, convém lembrá-lo, a Alemanha. É sempre útil manter presente que uma das razões da oposição alemã ao federalismo europeu é que sabe muito bem o que tem em casa!

Nesses países federais, quando um dos estados membros enfrenta um choque económico adverso, não tem de preocupar-se com os pagamentos dos subsídios de desemprego (que sobem muito quando a crise multiplica o número de desempregados), dos salários dos professores ou dos militares. Essas despesas são asseguradas pelo orçamento federal.

Isso ajuda em tempos de crise?

Claro que sim! Mas importa moderar o entusiasmo no que à zona euro concerne.

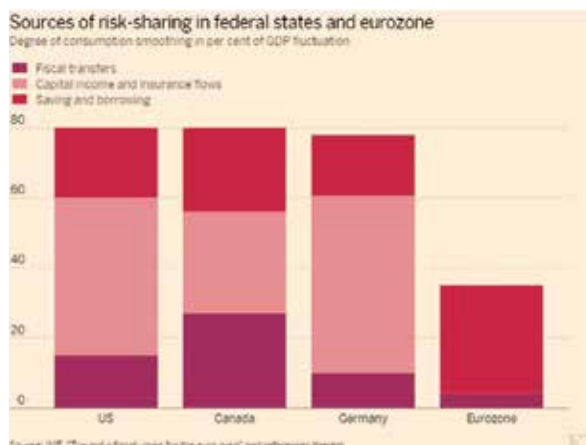
Desde logo convém não esquecer essa coezinha evidência empírica que, mesmo em estados unitários como Itália, a existência de uma perfeita comunidade fiscal, não impediu nem impede que exista um norte rico e próspero e um sul pobre e atrasado.

Naturalmente que um efeito de um choque sobre o PIB de um país da zona euro tem um impacto muito maior sobre o consumo privado nesse país do que acontece em estados que fazem parte de federações.

Tipicamente num país da zona euro uma contração de 1% no PIB implica uma contração de 0,6% do consumo privado. Esse valor é de cerca de 0,2% nos Estados Unidos, Canadá ou Alemanha.

Contudo, conforme mostra um estudo do FMI de 2013, “Toward a Fiscal Union for the Euro Area”, mesmo nos estados federais, o papel das

transferências fiscais no amortecimento dos efeitos do choque no consumo das famílias é relativamente pequeno quando comparado com o total do efeito de amortecimento.



Nos estados federais os seguros privados e rendimento de capitais (barra cor de rosa) asseguram a maior parte do amortecimento (mais de metade nos Estados Unidos e Alemanha e cerca de 1/3 no Canadá) tendo as transferências fiscais (barra grená) um papel menor (entre 1/7 na Alemanha e 1/3 no Canadá). Na zona euro não só o amortecimento é menor como, por outro lado, a quase totalidade provém de soluções de endividamento ou mobilização de poupanças (barra vermelha) – o peso dos seguros privados ou rendimentos de capitais é quase nulo.

O que quero dizer é que, mesmo que conseguíssemos na zona euro níveis de integração fiscal elevados, próximos dos estados federais que podemos tomar como modelos, isso não seria suficiente para amortecer eficientemente os choques económicos.

Um dos casos de mutualização europeia de que mais se fala é a possibilidade de o subsídio de desemprego ser total ou parcialmente um encargo comum europeu.

Na prática o subsídio de desemprego, mesmo a nível nacional, já é um sistema mútuo – todos descontamos para um fundo comum que depois acontece aos que têm a infelicidade de cair na situação de desemprego.

Em teoria nada impede que o sistema seja alargado a uma mutualização europeia – em vez de contribuímos para uma mútua nacional contribuímos para uma mútua europeia.

A mutualização europeia teria uma enorme vantagem em caso de choques assimétricos. Se alguns países são afetados por um choque que aumenta subitamente o desemprego e outros países se mantêm em situações “normais” ou menos adversas, o estado que está em dificuldades não vê o seu orçamento com um buraco súbito gerado pela necessidade de acudir aos desempregados.

Podemos imaginar o que teria ajudado em Portugal, no pico da crise, se o aumento de despesa pública com subsídios de desemprego tivesse sido pago por um orçamento europeu.

Mas também aqui temos de moderar o entusiasmo. Pode não ser assim tão simples mutualizar

os benefícios de desemprego a nível europeu. Os atuais sistemas nacionais de proteção no desemprego são muito diferenciados – alguma harmonização teria de ser prévia ao colocar o sistema em comum. Mas isso implica perdedores e ganhadores – resistências nacionais vão ocorrer.

Claro que se pode pensar num sistema mais simples indexado não aos benefícios em si mesmos mas apenas a variações súbitas e imprevistas nos níveis de desemprego em estados membros. Mais simples, sem dúvida. Fácil? De todo!

Por outro lado, uma coisa são choques assimétricos temporários (e para esses, em princípio ninguém se incomoda em contribuir) outra coisa são desequilíbrios permanentes em que alguns pagam permanentemente para outros.

Eu, que felizmente nunca fiquei desempregado, não me incomodo de contribuir para os meus concidadãos que tiveram ou têm a infelicidade de perder o trabalho. Mas incomoda-me contribuir para situações permanentes e de claro subsídio social oculto.

Um exemplo típico: nas zonas turísticas os operadores das mais diversas atividades recrutam pessoas em contratos a termo de Março/Abril a Outubro, ficando as pessoas no desemprego no período restante.

Na verdade, nem sequer se trata de falsos contratos a prazo – o trabalho é mesmo sazonal. O problema é que o fundo de desemprego, que devia funcionar como um seguro para situações súbitas e imprevistas, na verdade acaba por funcionar como uma forma de subsídio coletivo a uma atividade económica privada.

Naturalmente que a solução não passa por obrigar os operadores a contratar em permanente o que é por natureza sazonal. Contudo, atividades com um grande peso de contratos a prazo deveriam contribuir mais para o seguro de desemprego que atividades com emprego estável.

Não estou a dizer nada de excêntrico. O programa do atual partido no poder em Portugal previa qualquer coisa de similar mas que não viu ainda a luz do dia.

Em suma:

1. A integração fiscal não chegaria nunca para salvar a zona euro – é curto! Contudo, pequenos passos de mutualização orçamental ajudariam a combater os choques assimétricos e seriam bem-vindos. E porque não começar pelo subsídio de desemprego? Não parece impossível!

2. Mas, na Europa, como nos Estados Federais bem-sucedidos no mundo, o papel do setor privado como gerador de fatores de amortecimento dos choques será tão ou mais importante que as transferências fiscais. Mas aí são outros quinhentos. Fica para outro dia!

40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de soluções para a área Alimentar das Instituições de cariz Social.

Além da mais completa seleção de produtos alimentares (mercearia, bebidas, lacticínios, frutas e legumes, carne e peixe), também fornecemos produtos não alimentares (descartáveis, papéis, soluções de higienização e de lavagem de têxteis). Adicionalmente realizamos projectos e montagens de cozinhas, bem como fornecimento dos respectivos equipamentos.

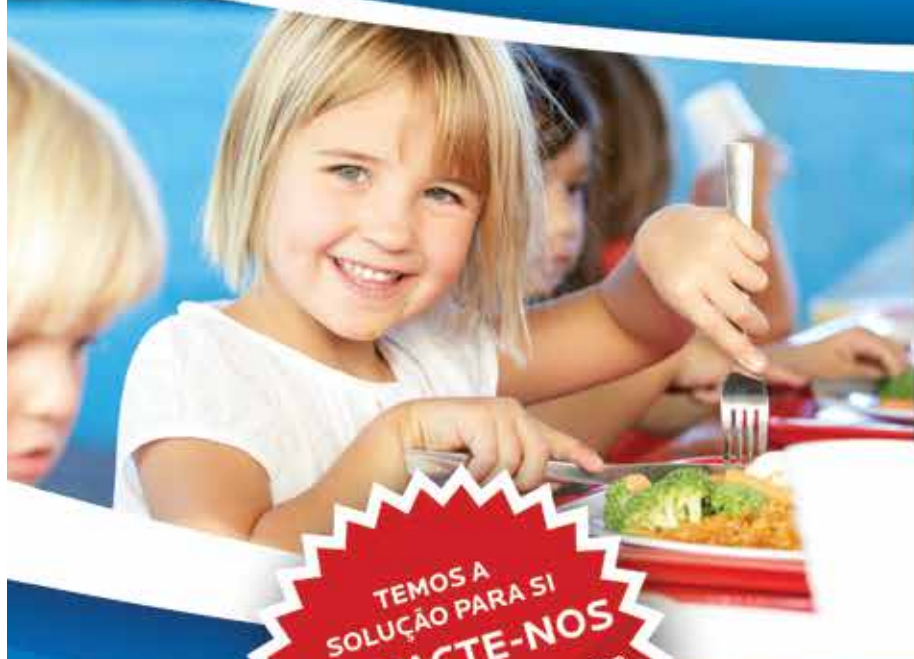
Caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- Ementas validadas por nutricionistas
- Captações adequadas
- Soluções económicas
- Sugestão de encomenda com base na ementa
- Estime e controle os seus custos

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de receção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos.

A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.



TEMOS A
SOLUÇÃO PARA SI
CONTACTE-NOS

NORTE: 220 406 990 / 910 286 502
SUL: 210 420 000 / 916 206 224

www.sogenave.pt





Bailinho da Madeira no feminino

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** Pedro Vasco Oliveira **Redacção:** Milene Câmara, Rodrigo Ferreira, V.M. Pinto - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

ÍNDICE GLOBAL DA PAZ

Portugal é o terceiro país mais pacífico do mundo



Portugal é o terceiro país mais pacífico do mundo, num ranking de 163 países liderado pela Islândia e Nova Zelândia, tendo subido duas posições este ano, segundo um relatório internacional.

O Global Peace Index (Índice Global de Paz – GPI) 2017, realizado pelo Instituto para a Economia e Paz (IEP), sediado em Sydney, indica que a pontuação de Portugal subiu duas posições para o terceiro lugar do ranking, consolidando assim a sua posição como um dos países mais pacíficos do mundo.

O IEP, centro internacional de estudos sobre desenvolvimento humano, considera que Portugal registou “uma melhoria notável”, tendo em conta que há cinco anos ocupava a 16.ª posição.

O relatório destaca que a subida de Portugal para a terceira classificação geral foi determinada por uma recuperação gradual da crise financeira, que resultou numa estabilidade interna no país.

O mesmo documento dá também conta que Portugal melhorou em 12 dos 23 indicadores do Índice Global de Paz, nomeadamente nas importações de armas e manifestações violentas.

Embora tenha melhorado nas importações de armas, este indicador ainda permanece com uma pontuação negativa.

“Além do aumento das importações de armas (principal indicador que contribuiu para a pontuação negativa) e do número de agentes da segurança interna e de polícias por 100.000 habitantes, todos os outros indicadores melhoraram ou permanecem inalterados este ano”, refere o relatório.

O documento sublinha também os melhoramentos registados na taxa de homicídios e na instabilidade política, além de estar a recuperar gradualmente de uma crise financeira.

O IEP indica igualmente que as restrições orçamentais contribuíram para uma redução das operações militares no exterior e no tamanho das Forças Armadas, tornando Portugal num dos países do mundo com menor domínio militar.

O GPI realça ainda que a Europa é a região mais pacífica do mundo, tendo Portugal registado a maior subida neste continente.

O Índice Global de Paz melhorou ligeiramente este ano, algo que aconteceu pela primeira vez desde 2014, correspondendo a subidas dos indicadores em seis das nove zonas geográficas analisadas.

No topo da tabela estão a Islândia, Nova Zelândia, Portugal, Áustria e Dinamarca, enquanto os países menos pacíficos do mundo continuam a ser a Síria, Afeganistão, Iraque, Sudão e Iémen.

Óptima limpeza e higiene perfeita
Para lavandarias profissionais IPSS



Agente especializado:

milplus

EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Rua Fernando Namora, 135
4425-651 Pedrouços · Maia
934 091 417 · info@milplus.pt
www.milplus.pt

Miele
PROFESSIONAL